

EXIGEM DO GOVERNO OS TRABALHADORES

FIM IMEDIATO A TÔDAS AS MANOBRAS CONTRA O AUMENTO DO SÁLARIO-MÍNIMO

(NA 12ª PÁGINA)

ESGOTAR TÔDAS AS POSSIBILIDADES NA LUTA PELA ANISTIA

COM a derrota pelo próprio govêrno a si mesmo imposta do projeto de anistia a partir de 1945, uma única possibilidade resta na presente sessão legislativa: a emenda no Senado do projeto por último aprovado que concede anistia a trabalhadores, jornalistas e insubmissos e que se encontra em fase de redação final na Câmara.

NÃO são grandes as possibilidades nesse sentido, pois que no Senado pela anistia ampla só votaram quatro senadores, os srs. Lino de Matos, Pedro Ludovico, Kerginaldo Cavalcanti e Domingos Velasco. A UDN, cujo voto se dividiu na Câmara, dando um bom contingente favorável ao projeto Sergio Magalhães, e o PTB, cuja maioria manteve contra a pressão do sr. João Goulart vinda dos Estados Unidos, os compromissos assumidos com o povo, nada fizeram na mais alta casa do Parlamento pela aprovação da anistia ampla.

OS democratas e patriotas, entretanto, conhecem o seu dever e sabem da importância vital que tem a anistia para a causa democrática no Brasil. Devem, por isso, fiéis aos seus princípios, esgotar tôdas as possibilidades na luta pela anistia, tudo fazer para mostrar ao govêrno, que prefere nesse caso ceder aos imperialistas norte-americanos a ceder ao povo, que a opinião pública democrática não abandona a sua justa reivindicação, por ela não deixará de lutar, acumulará forças, ampliará suas fileiras, realizará mais atos de massas, empregará novas formas de organização, revigorará sua Comissão Central, a fim de impor, como terminará por impor, a vitória da anistia que é a vitória da Constituição.

É certo que nem todos aqueles que estão pela anistia compreenderam a profunda significação dessa medida patriótica, sua enorme influência no desenvolvimento do processo democrático no país. Anistia significa prática efetiva da Constituição. Para que haja aplicação dos direitos inscritos na Constituição é preciso que terminem as desigualdades e discriminações políticas que a violam frontalmente, é necessário que muitos dos melhores patriotas e democratas, os comunistas, participem com direitos iguais aos demais cidadãos, da vida política do país. Mas a questão não se situa apenas no plano dos direitos. Para que sejam encaminhadas soluções realistas para os gravíssimos problemas em que se debate a nação, como o asfixiante problema da carestia, é necessário que haja liberdade e unidade. Como pode a nação dividida por atos discriminatórios contra uma ponderável corrente da opinião pública, cujo papel na solução democrática das questões surgidas na arena nacional tem sido decisivo, pôr em equação seus graves problemas?

TUDO isso denuncia a injustiça cometida, e aponta, ao mesmo tempo, a todos os patriotas e democratas, a necessidade de prosseguir na campanha pela anistia, até fazer com que o govêrno e as forças que o apóiam, que não concederam até agora a medida reparadora, sejam forçados a concedê-la adiante, ante as exigências do povo unido e organizado.



Diretivas Para o VI Plano Quinquenal Soviético

NAS PÁGINAS 5, 6, 7 E 8
DESTA EDIÇÃO

NESTE
NÚMERO

GOA, VERGONHA
DA CIVILIZAÇÃO
NA ÁSIA
(Na 2ª pag.)



A 9 de Junho,
no Rio,
o Congresso
Nacional
de Defesa
Dos Minérios
(Na 3ª Pág.)



200 Famílias Cam-
ponesas Ameaçadas
de Despejo
(Na 11ª Pág.)



EM AÇÃO OS
ESTUDANTES
CONTRA O EX-
TORSIVO AU-
MENTO DAS
PASSAGENS
(Na 12ª pag.)

Mensagem do P.C.B.
ao III Congresso do Partido
do Trabalho da Albânia

"Ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia
Camarada Enver Hodja
Tirana — Albânia

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista
do Brasil, envio ao Terceiro Congresso do Partido do
Trabalho da Albânia calorosas saudações. Fazemos votos pelo
completo sucesso do vosso Congresso e do segundo Plano
quinquenal para o desenvolvimento da economia e da cul-
tura da República Popular da Albânia.

LUIZ CARLOS PRESTES
Secretário-Geral."

VOZ OPERÁRIA

Nº 368 ★ Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1956

Goa, Vergonha da Civilização na Ásia

EM TORA condutor da ação do salazarismo na Índia e a transformação da colônia portuguesa de Goa em um foco de provocações bélicas, a maioria das pessoas desconhece a verdadeira extensão do sacrifício que é para os goenses a exploração a que são submetidos há mais de quatro séculos. A criminosa posição dos governos brasileiros que têm feito nesse caso o jogo do salazarismo e das grandes potências que utilizam para seus fins próprios o título de Lisboa, e uma propaganda mentirosa, impedem, muitas vezes, que mesmo pessoas democratas possam compreender com mais profundidade o problema.

Por isso mesmo é uma grande contribuição o recente artigo em que Telmo Póvoas, conhecido dirigente antifascista português, responde a um escrito de Oliveira Salazar publicado na revista norte-americana «Foreign Affairs». Telmo Póvoas, utilizando os próprios dados estatísticos publicados pelas autoridades coloniais lusitanas põe a nu a existência, em Goa, de um regime de exploração que nada tem a dever aos mais bárbaros processos de opressão nacional.

Diz Salazar que o «problema de Goa é sobretudo um caso moral».

Vejamos a «moralidade» da história.

TRUSTES IANQUES SAQUEANDO GOA

O subsolo de Goa é rico em manganês, ferro, cobalto, alumínio e níquel, além de outras riquezas naturais. «Segundo o Anuário Estatístico de Ultramar de 1952 — escreve Telmo Póvoas — editado pelo Instituto Nacional de Estatística, existiam, em Goa, em 1951, 149 minas em lavra e, em 1952, este número ascendia a 252. Quem explora estas minas? Quem explora o ferro e manganês de Goa, considerados como a sua mais importante riqueza mineira? O ferro e manganês são explorados por dois trustes americanos-japoneses, o Kokan-Kogio e Obrogio ligados ao Financial Export Bank of Japan e pelo rico capitalista indiano Chowgole que, além de proprietário de inúmeras moradias em Goa, mantém estreitas relações comerciais com os Estados Unidos.»

A exportação de ferro e do manganês pelas companhias americano-japonesas desenvolveu-se extraordinariamente. A de manganês que, em 1947, foi de 100 toneladas, no valor de 4.000 rupias, passou para 20.000 toneladas, em 1950, e para 207.361 toneladas, em 1953. Aumentou, portanto, cerca de duas mil vezes, num período de seis anos! Quanto as remessas de ferro, decuplicaram em menor prazo: 49.188 toneladas, em 1949, e 469.596 toneladas, em 1952.

O BANCO ULTRAMARINO E SEUS SÓCIOS

«A par da ação dos capitalistas estrangeiros — continua T. Póvoas — processa-se a atividade do capitalismo português, sobretudo através do Banco Nacional Ultramarino, que, ao mesmo tempo que desempenha a função de banco emissor, realiza uma atividade capitalista nos vários setores da economia goesa, dominando e asfixiando pequenas e médias atividades comerciais, industriais e agrícolas e sobrepondo-se a estas em escala crescente. Foi uma tal ação que permitiu ao Banco Nacional Ultramarino obter, em 1954, 10.000 contos de lucro somente nas colônias portuguesas na Índia. São acionistas deste Banco o atual ministro da presidência, Marcelo Caetano, os ex-ministros das colônias, Vieira Machado e Teófilo Duarte, o atual embaixador de Portugal em Londres, Pedro Teófilo Pereira e outros qualificados capitalistas».

AMERICANA A PRINCIPAL CORRENTE DE COMÉRCIO

Traço marcante dessas relações comerciais é que as potências estrangeiras se sobrepuseram a Portugal, aumentando dia a dia o papel dos Estados Unidos, como importadores e exportadores. Assim, enquanto os Estados Unidos, segundo os dados estatísticos de 1948, figuravam com 19,48% das importações, Portugal comprava apenas 0,31% e as colônias portuguesas 1,41%. Ao mesmo tempo, enquanto aquele país enviava, em 1947, 10,05 das exportações de Goa e a Inglaterra 11,74%, Portugal fornecia somente 2,84%. Ultimamente um outro país, o Japão, aparece com importância cada vez maior nas relações internacionais com Goa.

É claro que todos esses interesses do capitalismo financeiro mundial agem fortemente contra as aspirações nacionais dos goenses e prestam mão forte a Portugal que se utiliza no caso como um instrumento para pressionar a Índia e os povos asiáticos que sacodem o jugo colonial e executam uma política de paz.

OPRESSÃO NACIONAL

Industriosa e salazarista e seus apaniguados não dão a maior ênfase de sua propaganda a seus interesses comerciais. Tratar-se-ia, como vimos, de um «caso moral», de manter uma tradição secular, de manter o facho cristão em país infiel, como diria um conquistador seiscentista. Goa é portuguesa, dizem os colonialistas, uma «provincia» cujos habitantes têm os mesmos direitos que os habitantes da «antiga» metrópole.

Esse embuste já está suficiente desmascarado em vários aspectos. A aceitá-lo teríamos nós, brasileiros, de repudiar até o movimento de nossa independência pois, mais do que em Goa, processara-se no Brasil colonial o transplante e a adaptação da civilização europeia.

Telmo Póvoas, porém, revela dados estupefacentes sobre a brutalidade do colonialismo lusitano na Índia:

«A população de Goa é de 649.876 habitantes. Destes, segundo os dados de 1950, apenas 275 são portugueses.

275 PORTUGUESES OPRIMEM 650.000 GOENSES — ANALFABETISMO, MISÉRIA E ASSUSTADORA MORTALIDADE — A SAFRA DE QUATRO SÉCULOS DE DOMINAÇÃO — AMERICANOS, INGLESES E JAPONÊSES TÊM A PARTE DO LEÃO NO SAQUE SALAZARISTA

só por ele pode ser demitido. E de Lisboa que saem os diplomas fundamentais para a gerência das colônias portuguesas da Índia. Em 400 anos de dominação em Goa, apenas uma vez ascendeu ao cargo de governador um indiano.

RACISMO

A decantada miscigenação do português que no Brasil foi devida a circunstâncias especiais, não ocorre em Goa, apesar de ensalada no passado por Afonso de Albuquerque.

«Em 1952, segundo o Anuário de Estatística do Ultramar, houve apenas 2 casamentos entre brancos e indianos. Para uma população de 649.876 habitantes, contam-se apenas mil mestiços, o que bem prova que a igualdade racial não existe e que uma barreira de cor separa os portugueses que aí vivem das populações indianas.»

Apesar de a maioria da população falar o maratá, o hindi e o konkanin, e apenas 7% utilizar-se do português, é esta a língua oficial ensinada nas escolas, falada nas repartições públicas, empregada nos documentos do Estado, escrita nos jornais diários.

MASSA DE ANALFABETOS

Praticamente não há direitos políticos, pois os analfabetos não têm direito a voto, (analfabetos em português, entendido) se não pagam ao Estado uma contribuição anual de 200 escudos e, em Goa, a percentagem de analfabetos é de 80%. Entretanto, dos 20 por cento que sabem ler, devemos deduzir as mulheres que só podem votar se forem cabeças de casal (caso raro) ou se tiverem curso secundário ou superior.

Não nos é possível transcrever outros trechos em que Telmo Póvoas destrói, pedra por pedra, a mentira «civilizadora» que o salazarismo procura trombetear pelo mundo. A mortalidade infantil assustadora fez com que um médico português, o dr. Pacheco de Figueiredo, escrevesse há tempos: «Do berço à escola, curta jornada de 6 a 7 anos apenas, a luta da criança é uma luta sem tréguas. Tudo pesa sobre os seus débeis ombros, vítima de males que não praticou». Não é de espantar, portanto, que dezenas de milhares de goenses passem à Índia ou a outros territórios fugindo à miséria de sua própria terra.

POLÍTICA NOCIVA À PAZ

É em defesa dessa vergonha do mundo moderno que o colonialismo se alia internacionalmente. Data de pouco a inadmissível intervenção norte-americana que se apresentou às escâncaras por motivo da nota Dulles-Cunha em que se declara o território goense «provincia portuguesa». O imperialismo ianque, já o vimos, defende seus interesses comerciais e financeiros em Goa. Mas, ao mesmo tempo, utiliza-se como ponto de apoio de seu dispositivo agressivo contra os povos pacíficos. Sob a sua direção foi construída a base aérea de Mormugão (e outros campos de aviação menores, inclusive em Diu e Damão) e se alarga aquele porto para melhor utilização militar. A política belicista não mais

Contam-se ainda 11.755 estrangeiros e os restantes são indianos. A estes 275 portugueses estão confiados os mais altos cargos da administração pública, do exército, da polícia, do ensino, da assistência, etc. O seu mais categorizado representante, o governador geral, é nomeado pelo ministro de ultramar e



Goa, a última colônia em terra indiana, está encravada no centro da costa de Malabar, 400 km. ao sul de Bombaim. O mapa acima, publicado pela revista «Tempos Novos», dá uma nitida idéia da posição da colônia portuguesa no solo indiano.

se esconde. Há a remessa contínua de tropas metropolitanas e coloniais para Goa e os salazaristas não se limitam mais a alegar motivos puramente «nacionais»: a 2 de dezembro de 1954, Teófilo Duarte, antigo ministro das colônias, afirmava que «a existência permanente de fortes guarnições militares nas nossas províncias mais ameaçadas parece nos uma medida da maior prudência e vantagens não só no que respeita ao nosso interesse próprio, mas ao dos nossos aliados».

Contra essa política insensata, nociva à paz internacional e aos próprios interesses portugueses legítimos, nobilizam-se lusitanos, goenses e a opinião pública democrática de todo o mundo. Mas isso é um outro aspecto de que daremos melhor conta em próximo comentário.

TOGLIATTI VISITA A IUGOSLÁVIA

Palmiro Togliatti, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, visitou a Iugoslávia, a convite do Comitê Central da União dos Comunistas Iugoslavos, para discutir assuntos relativos aos dois partidos. Falando à imprensa, Togliatti declarou que o objetivo de sua viagem é restabelecer um primeiro contacto e iniciar, em seguida, relações regulares com os comunistas iugoslavos, rompidas desde o grave

incidente provocado pelas decisões errôneas do Comitê Central em 1948 e 1949. Os comunistas italianos não podem deixar de apreciar, tanto a contribuição eficaz fornecida pelo governo iugoslavo ao entendimento internacional, como o fato de que esse governo, a despeito das duras vicissitudes dos anos transcorridos, manteve seu país no caminho do desenvolvimento socialista.



As Eleições Italianas

Disfarçando o desgosto, os telegramas das grandes agências estrangeiras procuram distorcer os primeiros resultados das eleições municipais italianas e saltam foguetes aquilo que denominam «vitória» dos democratas-cristãos e «derrota» dos comunistas e socialistas de esquerda. Vimos algo semelhante durante as eleições francesas: durante dias seguidos, o emaranhado proposital dos despachos impediu aos menos avisados de distinguir a verdade. Ali também os comunistas que estavam sendo «batidos» surgiram com magnífica vitória, não mais grandiosa devido aos truques eleitorais que ainda vigoraram.

Os resultados das eleições peninsulares não permitem ainda, ao escrevermos estas notas, qualquer análise mais profunda. São dados esparsos, provenientes de locais de eleitorado desigual e de força dispar dos partidos. Entretanto, eles mesmos, demonstram que não há motivos para o foguetório apressado da reação. Se gastam agora a pólvora é que sabem que dentro em pouco melhor caberão os soluços.

Vejamos, por exemplo, o que se deu em Palermo, capital da Sicília. Em 1952, os comunistas e socialistas de esquerda formaram um só bloco e tiveram 47.895 votos, ou sejam 22,5% da votação. Em 1956, apresentaram-se em chapas separadas. Resultado: 59.963 votos, equivalentes a 24,4% da votação. Houve, é verdade, um avanço dos democratas-cristãos. Mas a United Press não explica que fizeram aliança com outros partidos e que, mesmo assim, não conseguiram a maioria absoluta por que pugnavam. Nos casos de avanços até agora consignados aos democratas-cristãos esse não se fez a expensas dos comunistas e socialistas que prosseguem em ascensão. Entretanto, em Milão, Bolonha e outros centros operários a vitória é clara para os comunistas e socialistas. Na segunda dessas ci-

dades para 102.000 votos do P.C.I. e P.S.I. há 69.000 do P.D.C.I. Na Reggio Emilia, para 71.000 votos democratas-cristãos há 141.000 comunistas e socialistas. E, como esses, há outros casos, entre os quais Milão.

O próprio avanço democrata-cristão tem de ser visto com olhos críticos e só pode ser analisado diante de dados minuciosos. Desde a queda de De Gasperi e Scelba, a democracia cristã mais arejada, isto é, menos pró-americana e menos adversa a certas reformas sociais (que evidentemente ela encara de maneira insuficiente) tem assinalado progressos no partido e nas eleições, em face de sua corrente, a ala ultra-clerical e «atlântica». Quer isto dizer que não é em qualquer hipótese que os triunfos parciais democratas-cristãos poderão ser saudados como vitória da política pró-americana, sobretudo quando se dão paralelamente a progressos dos partidos de esquerda.

O que se passa na Itália é um reforço das esquerdas e, também, do centro democrático. Assim, no particular, e no conjunto, a democracia sai ganhando e a reação perdendo. A simples enumeração dos resultados das urnas, abaixo das siglas partidárias perde em alguns casos sua significação, quando relativa a partidos divididos como os do centro. É isso se acentua ainda mais no caso de eleições municipais como as de agora, quando interesses locais e política de município prepondera freqüentemente sobre a política geral.

Não avançaremos uma análise impossível. Quando chegarem os pormenores necessários teremos ocasião de demonstrar que, tal como se esperava, o povo italiano impulsionou novamente, pelas urnas, o progresso da democracia em sua pátria. E, quando isso ficar evidente, a grande imprensa que rasga manchetes sobre o pleito, será a primeira a compor certos telegramas em corpo seis.

INSTALA-SE NO RIO O CONGRESSO NACIONAL DE DEFESA DOS MINÉRIOS

Nos dias, 9, 10 e 11 de junho realiza-se no Distrito Federal o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios. O Congresso destina-se a expressar, pela voz dos mais autorizados representantes da opinião patriótica nacional, o sentimento unânime que há no seio do povo brasileiro no sentido de preservar aquilo que é nosso.

Dada a natureza dessa ampla reunião, o Congresso terá como temas centrais a questão atômica e a questão siderúrgica, problemas esses que preocupam seriamente as forças patrióticas. Assim, em relação aos minerais atômicos debaterão os congressistas o importante projeto do deputado Dagoberto Salles, apresentado à Câmara Federal, que é por todos os patriotas encarado como uma séria iniciativa.

O PROJETO DAGOBERTO SALLES

O projeto Dagoberto Salles prevê o monopólio estatal da lavra e do comércio dos minérios atômicos, além de prescrever a proibição da exportação sob qualquer forma até um adequado levantamento de nossas jazidas e em quantidades que não afetem a nossa economia. Segundo o projeto também é

criada uma Comissão de Energia Atômica, para cuja nomeação dos membros terá de ser ouvido o Senado.

Debatendo tal projeto, cuja atualidade é flagrante, serão apresentadas teses e trabalhos outros no Congresso dos Minérios. Esses trabalhos levantam uma série de reparos críticos, argumentando com

os seguintes pontos de vista:

a) nada adianta o monopólio da lavra. Só iria estabelecer restrições à lavra e à pesquisa dos minerais atômicos;

b) é necessária a garantia de capitais nacionais em todas as iniciativas ligadas aos minerais atômicos;

c) admitir como necessária a colaboração estrangeira através de contratos, aplicadas ao caso restrições do tipo das que pesam sobre os acionistas da Petrobrás;

d) precisar o que o projeto Dagoberto Salles chama de «levantamento adequado» de nossas jazidas radioativas. Reconhecem, e n'tretanto, os técnicos e demais pessoas interessadas na questão atô-

mica que opõem tais restrições ao projeto Dagoberto Salles o grande mérito da sua iniciativa, que merece em princípio apoio das forças patrióticas.

OUTROS ASPETOS DOS DEBATES

Estarão em debate no importante conclave que se inaugura no próximo dia 9 outros pontos que se relacionam com o problema dos minérios atômicos. Assim a denúncia imediata dos acordos lesivos aos interesses nacionais e suspensão das exportações em caráter de emergência, o incentivo a todas as iniciativas adotadas a industrialização da energia atômica no Brasil, aquisição pe-

lo governo dos produtos já beneficiados pelas companhias que se dedicam à exploração dos minérios atômicos e luta decidida contra os entreguistas, cujo papel nefasto cada dia fica mais visível aos olhos da opinião pública. Estes são os Barbosa da Silva, Mario Pinto, Glycon de Paiva, Elisiário Tavora, Othon Leonardos e outros que nos órgãos da administração em que se encontram têm sido típicos representantes dos interesses dos monopólios americanos em nosso país, inimigos, portanto, dos interesses de nosso povo que exige a preservação de nossas riquezas minerais por meio de uma política patriótica e honrada dos governos.

A QUESTÃO SIDERÚRGICA

Em relação à defesa de nossa indústria siderúrgica, o Congresso debaterá o plano do deputado Ultimo de Carvalho, já em curso na Câmara. Defenderá a participação de capitais da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), de Volta Redonda e do governo nas siderúrgicas previstas naquele plano. Abordará a necessidade de intensificar-se a exportação de minérios de ferro por meio de compradores diversificados, a fim de obter-se financiamento em moeda estrangeira para a construção das siderúrgicas em aprêço.

A defesa de Volta Redonda, levantada durante a greve dos metalúrgicos da grande usina nacional e apoiada pela I Conferência Nacional dos Metalúrgicos, contra o assalto que planeja a Bethlehem Steel, será alvo das

atenções dos congressistas, devendo sobre o assunto apresentar tese o sr. Benedito Cerqueira, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal.

E' também de destacar-se que o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, cuja atualidade é flagrante agora que se debate a questão atômica em nosso país, conta com vigoroso apoio nos meios operários. Os Sindicatos dos metalúrgicos, marítimos, ferroviários e mineiros de vários Estados, assim como os sindicatos operários do Valle do Rio Doce, manifestaram sua solidariedade à iniciativa patriótica de que participa entre outras entidades a Liga da Emancipação Nacional, augurando ao Congresso pleno êxito e a êle enviando representantes.

ARINOS VOLTA DA EUROPA PREGANDO GOLPE E REAÇÃO

Em sua última entrevista, ao regressar dos ocios na Europa, o sr. Afonso Arinos diz que, das conversas que teve com os representantes dos partidos políticos, ressalta a convicção generalizada de que não há solução legal para a «crise» brasileira. Por outras palavras: resta escolher entre a guerra civil e o golpe de Estado.

Essa tese não é nova. Ao seu abrigo foram, no passado, consumados vários crimes contra as liberdades do povo brasileiro. Estão na memória de todos as datas fatais: 10 de novembro, 29 de outubro, 24 de agosto.

Cada um desses golpes, nos dois últimos dos quais foi figura de proa o deputado Arinos, trouxe um retrocesso à vida democrática do país. O primeiro abriu o Estado Novo, fascista e corrupto,

que só não nos conduziu a um desastre nacional numa guerra imperialista porque nosso povo se opôs firmemente a marchar com a Alemanha nazista; o segundo, foi a manobra intervencionista de Berle, a interrupção da recuperação democrática que se iniciara em abril anterior, a dominação americana aberta e o caminho para o consulado de Dutra, no qual com a colaboração do sr. Arinos o Brasil assinou o Tratado do Rio de Janeiro, viu eclipsada a liberdade na ordem interna, perseguidos os melhores patriotas e abriu-se ao saque mais hediondo dos trustes norte-americanos. O terceiro golpe é de ontem, e o sr. Arinos um dos seus homens-chaves. Então, enquanto com uma das mãos ajudava a preparar as leis do «regime de exceção»,

o grupo a que se filia o sr. Arinos e que assaltar o poder cuidava de entregar o petróleo, reprimir o movimento democrático e operário, calizar, como o fez, a maior prisão em massa de que se tem conhecimento no movimento operário brasileiro: a de toda uma assembléia do Sindicato de Carris Urbanos.

A experiência adquirida nos últimos anos pelo nosso povo demonstra que não há caminho para soluções anti-democráticas e que as massas não aceitam o recurso à força por parte das minorias reacionárias, pois as conseqüências dos golpes só contra o povo se voltam. Assim o demonstrou o 21 de novembro. E embora forças que participaram desse movimento patriótico se neguem no momento a prosseguir na

FATOS da SEMANA

O PREFEITO do Recife, engenheiro Pelópidas Silveira, reassumiu seu cargo, anulando todas as nomeações feitas pelo vice-prefeito Vieira de Menezes, que obedeciam a baixos interesses políticos. A imprensa, o prefeito Pelópidas declarou que desejava um entendimento com o legislativo municipal, em bases honestas.

A COMISSÃO de Constituição e Justiça da Câmara Federal aprovou o projeto que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores Rurais.

FOI PROMULGADA a lei que anistia os médicos participantes da «Jornada de Protesto» pela aprovação do projeto 1.082, os quais entraram em greve em dezembro de 1954.

FOI ENTREGUE ao Ministro da Aeronáutica o relatório sobre a prisão de aviadores americanos que roubavam minerais atômicos no litoral piauiense. Investigações realizadas descobriram naquele local um navio ianque, possivelmente receptor dos minérios, vários pequenos aviões e um aeroporto clandestino na ilha dos Prodros.

O ALMIRANTE Berford, responsável por vultoso desvio de materiais do Arsenal da Marinha, avallado em 7 milhões de cruzeiros, foi condenado a dois anos de prisão pelo Superior Tribunal Militar, além de outros envolvidos.

DECLAROU-SE favorável ao reatamento das relações do Brasil com todos os países do mundo o sr. Olavo Falcão, diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

marcha democrática, mantendo as discriminações e desigualdades políticas, o povo brasileiro sente-se capaz de impor o respeito à Constituição, desbaratando os intentos golpistas do sr. Arinos e de outros pregadores dessa triste empresa fadada ao fracasso.

A VERDADE SOBRE O REATAMENTO DE RELAÇÕES COM A U. R. S. S.

SOMENTE a vacilação diante da pressão dos imperialistas norte-americanos poderia explicar as declarações do presidente da República (última entrevista coletiva à imprensa) sobre o reatamento de relações com a União Soviética e demais países socialistas. O sr. Juscelino Kubitschek afirmou que «não houve propostas do Brasil para comércio com a URSS nem propostas da URSS para comércio com o Brasil, estando o assunto em ponto morto».

O chefe do governo não está falando para desmemoriados. Toda a nação conhece os fatos relativos à questão das relações comerciais com os países socialistas e que podem assim ser resumidos:

1) — O estabelecimento de relações com o campo socialista é medida de salvação da economia nacional. Permitiria que nos beneficiássemos dos grandes progressos da indústria e da técnica naqueles países, adquirindo, em condições vantajosas, mercadorias indispensáveis ao nosso desenvolvimento industrial, aos transportes, etc. Por outro lado, poderíamos encontrar mercados para nossos produtos de exportação, quase todos gravosos ou alvo da especulação dos monopolistas ianques. Poderíamos, enfim, restabelecer o equilíbrio de nossa balança comercial, cujo déficit ultrapassou os 12 bilhões de cruzeiros em 1954 e os 15 bilhões em 1955.

2) — Por isso mesmo, o reatamento é medida exigida pela maioria esmagadora da nação, pelos mais amplos setores do comércio e da indústria nacionais, por Assembléias Legislativas, por todo o povo, enfim. E o sr. Juscelino Kubitschek foi eleito para cumprir a vontade da nação.

3) — O estabelecimento de relações com os países socialistas é um compromisso assumido pelo sr. Kubitschek com o povo, na campanha eleitoral e reafirmado depois da posse, em várias oportunidades. Fugir a esse com-

promisso é recuar ante os inimigos do povo.

4) — Não é verdade que não tenha havido propostas visando o comércio entre o Brasil e a U.R.S.S. Houve propostas — bem sabe o sr. Kubitschek — não somente encaminhadas através da Embaixada soviética em Montevideú (a imprensa divulgou o fato largamente) como em vários pronunciamentos oficiais soviéticos (veja-se a entrevista do Marechal Bulgânin à revista «Visão», a entrevista do presidente da Câmara de Comércio da U.R.S.S., Nieste-rov, ao jornalista Paulo Mendes Campos e outros). Se o mesmo não houve de parte do governo brasileiro, isso só pode explicar-se pelo fato de que o governo brasileiro está cedendo à pressão norte-americana, contrária ao reatamento.

Estes fatos mostram ao povo brasileiro, a toda a nação, o quanto é forte a pressão norte-americana para impedir a libertação de nosso comércio em nosso próprio benefício — o que resultaria em prejuízos, sim, para aqueles monopolistas. E mostram que é necessário fazer esforços ainda maiores para levar o governo a cumprir a vontade nacional.

LUTA CONTRA A CARESTIA, NO PARANÁ

Realizou-se no dia 26 de maio, em Curitiba, uma mesa redonda sobre a carestia, no Salão Nobre da Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, sob o patrocínio da União Feminina daquele Estado.

Esse ato público teve a maior repercussão na capital paranaense, tendo sido debatidos todos os graves problemas que afligem a população do Estado, notadamente a crescente alta do custo da vida e os preços proibitivos dos gêneros de primeira necessidade. Compareceram autoridades, assim como representantes da Assembléia Legislativa do Estado e da Câmara dos Vereadores da Capital, parlamentares de todas as bancadas, assim como outras personalidades, participando todos de debate com o povo a fim de serem encontradas as medidas e soluções contra o extorsivo aumento dos preços das utilidades.

A mesa redonda em aprêço, que alcançou o maior sucesso, foi precedida por uma ampla preparação, tendo várias comissões feito visitas a órgãos do governo e personalidades, convidando-os a participarem do debate. Também foram realizados dois atos preparatórios na sede da Mocidade Trabalhista do P.T.B.

A PUBLICAÇÃO EM NOSSAS PÁGINAS DAS DIRETIVAS PARA O VI PLANO QUINQUENAL DA UNIÃO SOVIÉTICA

Iniciamos na presente edição a publicação das Diretivas para o VI Plano Quinquenal Soviético, aprovadas pelo XX Congresso do P.C.U.S. Tal publicação abrangerá três edições consecutivas deste semanário, em suas páginas centrais, o que facilitará o nosso público as coleções e delas faça um único documento.

Como se sabe, as Dire-

tivas para o VI Plano Quinquenal Soviético se situam entre os mais importantes documentos do XX Congresso do P.C.U.S. E estes documentos constituem, de fato, o programa para o posterior avanço do País Soviético para o comunismo, programa de luta pela paz e a segurança dos povos, pela vitória das idéias imortais do marxismo-leninismo.

Daí a importância de que se reveste a iniciativa que ora tomamos, pois seria impossível acompanhar o triunfal avanço da União Soviética nos anos de 1956 a 1960 que o Plano abrangia, desconhecendo o seu documento básico, isto é, as Diretivas unanimemente aprovadas pelo XX Congresso.

A propósito de matérias publicadas sobre a reforma agrária e o problema camponês em nossas páginas, escrevem o leitor J. Maciel pedindo que lhe sejam dados esclarecimentos nesse sentido, os quais o ajudem não somente a compreender melhor a parte agrária do Programa do P.C.B., como também algumas questões tratadas por nós que ele especifica em sua carta. Embora esta seção não seja destinada a consultas, julgamos de nosso dever abrir exceção para o missivista, em face dos motivos especiais por ele apresentados.

Para dirigir com acerto a revolução antifeudal e o movimento democrático camponês que conduz à reforma agrária é necessário, de fato, conhecer as classes e camadas sociais no campo. Estas, em nosso país, se aplicamos os ensinamentos clássicos de Lênin e, mais recentemente, os ensinamentos de Mao Tsé Tung, relativos à China, que se encontram no Tomo I de suas Obras, podem se distinguir da seguinte maneira:

1.º) Assalariados agrícolas. Constituem o proletariado rural, fazem parte da classe operária e devem ser organizados

em sindicatos. Vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salário, não cultivando a terra por conta própria. São contratados por temporada ou por jornada. No Brasil há mais de três milhões e meio deles. Encontram-se na lavoura de cana no recôncavo baiano (Santo Amaro e adjacências), na lavoura de cacau do sul baiano, no cultivo do arroz (Rio Grande do Sul), na lavoura de cana e café da Mogiana, etc.

2.º) Semiproletários. Ganham o sustento em parte como assalariados nas fazendas ou em fábricas e em parte como camponeses que cultivam terra própria ou arrendada. Exemplo: Os agregados ou moradores das fazendas. Têm durante certa época do ano o direito de saírem e se empregarem. A outra parte do ano exploram a terra pela meia, etc.

Em muitos casos, o que caracteriza os semiproletários no Brasil, é que ao mesmo tempo que são assalariados estão submetidos ao fazendeiro por uma espécie de dependência pessoal, são obrigados a prestar serviço gratuito. Nos frigoríficos do Rio Grande do Sul, por exemplo, isto é típico:

safrã verde e safrã seca. Neste último período, os trabalhadores do frigorífico voltam para o campo a fim de trabalharem na terra arrendada. Conforme a região há variantes que, entretanto, não afetam no fundamental essa caracterização.

3.º) Camponeses pobres. Cultivam um pedaço de terra muito reduzido, que é de sua propriedade ou arrendado. Há camponeses pobres, como se vê, com terra ou sem terra. Em qualquer caso, porém, isto não lhes permite fazer economias nem contratar assalariados. No Brasil, a grande maioria dos camponeses pobres não possui terra, constituindo a grande massa de meeiros, terceiros, etc. Trabalham a terra com sua família.

4.º) Camponeses médios. Podem ou não ser proprietário da terra que cultivam. Mas o que produzem lhes permite sustentar a família, contratar em certos casos assalariados, fazer alguma economia nos melhores anos, etc. Uma grande parte dos camponeses médios no Brasil é também constituída de meeiros e outro tipo de arrendatários, de posseiros, por exemplo. Podem em certas ocasiões admitir assalariados, mas isto não é o decisivo. O decisivo é o seu trabalho e o da família.

5.º) Camponeses ricos. São os patrões capitalistas da agricultura, que cultivam a terra contratando, como norma, vários assalariados. Os camponeses ricos são ainda camponeses em virtude do seu nível cultural pouco elevado, do seu modo de viver e do seu trabalho pessoal, manual, em sua exploração agrícola. Uma característica peculiar do Brasil é que uma parte dos camponeses ricos é constituída de arrendatários e de posseiros, aspirando, por isso, à propriedade da terra.

O decisivo das rendas dos camponeses ricos não é o seu trabalho pessoal, mas o da exploração dos assalariados, da força de trabalho destes.

6.º) Os latifundiários. Como define Prestes, o latifundiário é o grande proprietário, o parasita que não trabalha na terra ou o que realiza apenas um trabalho suplementar e vive fundamentalmente da renda da terra, da usura, da brutal exploração das massas camponesas. O Brasil é um dos países de maior concentração da propriedade da terra. Existem, segundo o censo de 1950, 69.819 propriedades com mais de 500 hectares, totalizando 145.674.631 hectares ou sejam 62,36% da área total das propriedades agrícolas. E ainda mais: 1.653 grandes proprietários, donos de mais de 10.000 hectares cada um, possuem duas vezes mais terras do que 1.500.000 proprietários até 50 hectares.

Os latifundiários são restos da classe dos senhores feudais. Não participam do trabalho ou quando muito, fazem um trabalho suplementar. São perfeitamente dispensáveis no processo da produção.

Eis aí, em linhas gerais, como se caracterizam as classes e camadas sociais no campo em nosso país.

OS ESTADOS UNIDOS DERAM, DE FATO, UM INSOLENTÉ ULTIMATUM AO BRASIL

O depoimento do ministro Edmundo Barbosa da Silva perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Energia Atômica resultou numa revelação sensacional para a opinião pública, partida de personagem oficial. Inútilmente os jornais da reação, depois que aquela foi feita, procuraram dissipar-lhe os efeitos. A revelação é a de que, em 1952, o governo norte-americano deu um ultimatum ao Brasil: ou envia tropas para a Coreia ou entrega aos Estados Unidos os minerais estratégicos!

FOI BUSCAR LÁ

O sr. Barbosa da Silva fez tal declaração a portas fechadas, sem atentar na sua gravidade e na repulsa patriótica de nosso povo, mas com isso visava defender a política entreguista do Itamarati, e a realiza da sucessivamente através dos governos Vargas, Dutra, Café e até mesmo Kubitschek, embora neste último já tenha a opinião pública conseguido barrar a renúncia para os Estados Unidos de 320 toneladas de óxido de tório. O resultado obtido por Barbosa foi o oposto do que visava. Através das suas declarações, assim como da precipitada defesa que delas fez o sr. João Neves, tornou-se mais claro o papel antinacional do Itamarati diante das intoleráveis exigências dos agressores norte-americanos. Barbosa foi buscar lá e saiu tosquiado.

Como se sabe, todos os acordos do tório e o recente acordo atômico foram negociados pelo Itamarati, tendo à sua frente João Neves, Raul Fernandes e outro tão destacado agente norte-americano como Edmundo Barbosa da Silva. Por esses acordos o Brasil já exportou, a partir de 1952, cerca de 22.000 toneladas de monazita, o que representa metade das nossas reservas desse valiosíssimo material. Que obtivemos em troca? Algumas toneladas de trigo... E quanto ao último acordo, virá para o nosso país, ainda dependendo de pagamento, uma pilha atômica que não produz energia elétrica, um simples aparelho para experiências universitárias. Justificam tais barganhas o saque de 22.000 toneladas de monazita? É claro que não. Trata-se, pura e simplesmente, de um crime praticado pelos entreguistas do Itamarati, do Departamento de Produção Mineral e de outros órgãos executivos e consultivos contra o presente e o futuro do país.

SIMPLES CONFISSÃO A CONTRAGOSTO

As declarações de Barbosa da Silva tiveram enorme repercussão e embora todos os esforços em contrário, fica perfeitamente claro através do próprio depoimento e da precipitada defesa de João Neves, que:

1 O ministro Edmundo Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico do Itamarati, depois em sigilo, para isso tendo exigido a retirada da imprensa, mas no mesmo dia do seu depoimento, à noite, comunicou ao sr. João Neves da Fontoura, quebrando, desse modo, o segredo que exigiu em face da opinião pública;

2 O ministro Barbosa da Silva cometeu, por isso, um crime funcional, pois o sr. João Neves da Fontoura, é um simples cidadão que no momento não exerce qualquer cargo público ligado às questões investigadas pela Câmara, não é superior hierárquico do ministro e sim um advogado e jornalista que escreve no «O Globo»;

3 A revelação de João Neves no «O Globo», de 28 de abril, de que o ministro Barbosa, que depois de portas fechadas, lhe comunicou o seu depoimento põe em destaque a parcialidade do depoente, o que o invalida para exercer as altas funções diplomáticas de que está investido e ter a seu cargo assuntos que dizem respeito à economia do país e à defesa nacional;

4 O grande argumento da defesa de João Neves que o Acordo Militar com os Estados Unidos foi assinado três meses depois do acordo atômico de 1952, nada significa em favor da sua tentativa de despistamento, antes reforça a evidência de que houve pressão norte-americana, pois depois de arrancar o que exigia insolentemente no terreno econômico conseguiu o governo de Truman o que exigia no terreno político e militar;

5 João Neves — confessa que Truman escreveu a respeito do acordo sobre a ratificação do acordo, de que só foram publicados alguns itens, assim mesmo porque do Acordo Militar uma carta «cordial» a Vargas;

6 O fato incontestável do ultimatum norte-americano se positiva também nas declarações irônicas do general Góis Monteiro de que não houve pressão e sim coincidência;

7 Comentando o assunto, o próprio jornal do «squisling» Ianque Carlos Lacerda (edição de 28 de maio) lembrou que por ocasião da tinha de ser debatido pelo Congresso, visitaram a baía de Guanabara alguns navios da esquadra americana.

Como é possível diante de tais fatos negar o ultrage à

nossa soberania, por parte do governo norte-americano, e o caráter ruinoso dos acordos atômicos assinados com esse mesmo país? Como é possível também manter em postos-chaves dos órgãos consultivos e executivos de nossa política atômica, funcionários como o ministro Barbosa da Silva e outros, que além de defenderem os interesses estrangeiros quebram para seus colegas de entreguismo o sigilo exigido para a imprensa em questões que à imprensa cabe tratar a fim de esclarecer a opinião pública?

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

VISITA DOS SOCIALISTAS FRANCESES À U.R.S.S.

A convite do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética esteve em visita durante quinze dias à U.R.S.S. uma delegação do Partido Socialista Francês (SFIO), composta de doze dirigentes daquele partido.

O programa da estada na U.R.S.S. foi elaborado de acordo com o desejo de todos os membros da delegação. Assim os representantes do Partido Socialista Francês visitaram diversas cidades da União Soviética e se entrevistaram com operários, colcosianos, intelectuais, jovens, funcionários do P.C.U.S. e cidadãos soviéticos em geral.

Durante sua permanência em Moscou os membros da delegação do Partido Socialista Francês mantiveram conversações com dirigentes do Partido Comunista da União Soviética. Em resultado destas foi publicado um comunicado conjunto na imprensa.

Ao embarque dos visitantes franceses compareceram os secretários do Comitê Central do P.C.U.S. D. T. Chepilov e E. A. Furtseva, o secretário do Comitê de Moscou do P.C.U.S. I. V. Kapitonov, o Presidente do Soviet de Moscou Bobrovnikov, os membros do C.O. do P.C.U.S. B. N. Ponomarev e M. B. Mitin, o vice-redator-chefe do jornal «Pravda» G. A. Jukov, funcionários do Comitê Central do P.C.U.S., representantes de organizações soviéticas e jornalistas e estrangeiros.

O secretário do C.C. do P.C.U.S. D. T. Chepilov usou da palavra no aeroporto desejando feliz viagem aos delegados franceses, tendo respondido ao seu discurso o chefe da delegação e secretário-geral do Partido Socialista Francês, Pierre Commin.

Programa de luta da classe operária britânica

O «Daily Worker», de Londres, publica um artigo do Secretário-Geral do Partido Comunista da Grã-Bretanha, John Gollan, sob o título de «Novos tempos exigem nova política».

Gollan assinala as modificações operadas na situação internacional e detem-se em particular no caráter do desenvolvimento dos acontecimentos internacionais, depois da visita dos dirigentes soviéticos à Inglaterra. Afirmou em seguida que a política da União do Atlântico Norte é agora posta em dúvida sob muitos aspectos. Referindo-se à Declaração do Governo soviético sobre a questão do desarmamento, Gollan escreve que «a resolução da União Soviética de reduzir suas forças armadas abalou até os fundamentos a política ocidental».

Acentuando que na atualidade estão abertas amplas possibilidades no terreno do desenvolvimento pacífico e do progresso social, Gollan declara que isto exige a unidade do movimento operário britânico, sem que o que não é possível cumprir as tarefas ante ele colocadas. Gollan conclui destacando que o movimento operário da Inglaterra deve lutar pelo cumprimento de um programa resumido nos seguintes importantes pontos: rápido desarmamento, proibição das experiências das armas nucleares, redução do tempo de serviço militar, utilização para o progresso social dos recursos economizados em virtude do desarmamento; elevação dos salários e melhoramento das pensões; desenvolvimento do comércio entre o leste e o oeste; liquidação do regime colonial.

O PARTIDO HÚNGARO DOS TRABALHADORES E O XX CONGRESSO DO P.C.U.S.

Na reunião do ativo da cidade de Budapeste do Partido Húngaro dos Trabalhadores, recentemente realizada, entrevistou o Primeiro Secretário do Comitê Central, Matias Rakosi.

Agora para todos já está claro — afirmou — a imensa importância que tem o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética não só para a atividade ulterior do P.C.U.S. mas para o movimento comunista e operário internacional. Não existe um ramo sequer de nossa vida partidária e estatal que não tenha sido examinado à base das experiências do XX Congresso do P.C.U.S. e onde não se tenha colocado o problema de modificá-lo para melhor.

Referindo-se à resolução do governo soviético de efetuar uma considerável redução de suas forças armadas, Matias Rakosi assinalou que a União Soviética ao dar esse passo demonstra não intervir a favor do desarmamento apenas por palavras, mas também por fatos.

Em seu discurso, Matias Rakosi abordou o problema da luta contra os vestígios do culto à personalidade, acentuando que tal prática exerceu nociva influência sobre a vida partidária e estatal da Hungria. Por isso, para eliminar os erros cometidos foram adotadas as medidas correspondentes.

DOCUMENTOS DO XX CONGRESSO DO P.C.U.S.

SUPLEMENTO ESPECIAL DA VOZ OPERÁRIA

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética constata que as tarefas do Quinto Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da U.R.S.S., fixadas pelo XIX Congresso do Partido, foram realizadas com sucesso.

Durante o último quinquênio a produção da indústria da U.R.S.S., aumentou em 85%; em particular, a produção de meios de produção cresceu em 91% e o volume geral da fabricação de maquinaria e da elaboração de metais em 1955 aumentou em 2,2 vezes em relação a 1950. A produção industrial em 1955 foi de 3,2 vezes maior que em 1940. Foram superadas as tarefas do Plano Quinquenal no que concerne a importantíssimos setores da indústria pesada; aço, laminados, carvão, petróleo, energia elétrica, cimento, alumínio, tratores, automóveis e muitos outros.

Como resultado das grandes medidas adotadas pelo Partido e o Governo para elevar a produção cerealífera e pecuária, foram criadas condições para um ascenso vertical da agricultura socialista. Graças ao aproveitamento das terras virgens e incultas, a superfície dedicada aos cereais aumentou em 1955 em quase 24 milhões de hectares em relação a 1950. Aumentaram a colheita global das principais culturas agrícolas e a produção pecuária.

O êxito no desenvolvimento da indústria pesada e o incremento da produção agropecuária permitiram aumentar durante o quinquênio a produção de artigos de uso e consumo em 76%, o que significa um ascenso de mais do dobro em comparação com o nível de pré-guerra. Foram superadas as tarefas do Plano Quinquenal nos transportes. Na base do aperfeiçoamento ininterrupto da técnica, do melhoramento da organização da produção e do desenvolvimento da emulação socialista, aumentou a produtividade do trabalho na indústria, na agricultura e nos transportes.

Durante os anos do V Plano Quinquenal, a renda nacional da U.R.S.S. aumentou em 68%, o salário real dos operários e empregados, em 39%, e as rendas reais dos colônias em 50%. Foram ultrapassadas as tarefas do Plano Quinquenal concernentes à circulação de mercadorias e varejo. A ciência e a cultura soviética desenvolveram com êxito.

Ao mesmo tempo, o XX Congresso do P.C.U.S. assinala a existência de defeitos substanciais em diversos ramos da atividade econômica. O desenvolvimento de alguns ramos da indústria marcha aquém das crescentes necessidades da economia nacional. Não foi cumprida integralmente a tarefa fixada no Plano Quinquenal no que toca à produção agropecuária, o que freou o desenvolvimento dos ramos da indústria leve e de alimentação e a fabricação de artigos de consumo popular.

Em alguns ramos da produção registra-se um atraso na introdução e aproveitamento dos últimos progressos da ciência e da técnica modernas; é ainda insuficiente o nível de mecanização e automatização na indústria, na agricultura, nos transportes e na construção.

A tarefa fixada para o aumento da produtividade do trabalho na indústria e na construção não foi cumprida integralmente. Ainda é grande o gasto de trabalho por unidade de produção.

Como resultado da realização do V Plano Quinquenal cresceu a potência econômica do país, consolidou-se ainda mais o sistema socialista da economia, elevou-se o nível de vida material e cultural do povo soviético, foram ampliadas as relações econômicas da U.R.S.S. com os países de democracia popular, foi reforçada a situação internacional da União Soviética e de todo o campo socialista.

A União Soviética dispõe agora de uma produção socialista poderosa e desenvolvida em todos os domínios, de recursos materiais maiores que nunca e quadros qualificados.

O nível alcançado no desenvolvimento da produção social permite ao Estado soviético impulsionar com ritmo rápido não somente a produção de meios de produção, que era e continua sendo a base indestrutível de toda a economia nacional, como também a produção de bens de consumo popular, multiplicar consideravelmente a riqueza social e, desse modo continuar avançando pelo caminho da construção da sociedade comunista em nosso país.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética considera que o País soviético dispõe atualmente de todas as condições necessárias para resolver pelo caminho da pacífica competição econômica, no mais curto prazo histórico, a tarefa econômica fundamental da U.R.S.S.: alcançar e ultrapassar na produção per capita os países capitalistas mais desenvolvidos.

As tarefas principais do VI Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da U.R.S.S. consistem em assegurar, na base do desenvolvimento preferencial da indústria pesada, do ininterrupto progresso técnico e do aumento da produtividade do trabalho, o contínuo e poderoso crescimento de todos os ramos da economia nacional, obter um vertical ascenso da produção agropecuária e conseguir, apoiando-se nisso, uma notável elevação do bem-estar material e do nível cultural do povo soviético.

O sexto quinquênio deve ser um quinquênio de constante e poderoso desenvolvimento das forças produtivas do País soviético e de passagem da economia nacional a um nível técnico de produção mais alto; de considerável elevação de todos os índices qualitativos e de melhoramento da direção da economia.

Tendo em conta as principais tarefas colocadas ante o Partido, e o povo soviético, o XX Congresso do Partido

Comunista da União Soviética estabelece as seguintes diretrizes para o VI Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da U.R.S.S. (1956-1960):

I. NA INDÚSTRIA

1. Fixar em 65% aproximadamente o aumento da produção industrial durante o quinquênio.

Considerar tarefas primordiais do Plano Quinquenal na esfera da indústria o constante desenvolvimento da siderurgia e da metalurgia não ferrosa, das indústrias petrolíferas, carbonífera e química, a garantia de um ritmo mais acelerado na construção de centrais elétricas, o rápido crescimento da fabricação de maquinaria, especialmente no que toca à produção de tornos, máquinas de forja e prensa, meios de automatização e aparelhos tecnicamente perfeitos. Aumentar durante o quinquênio em 70% aproximadamente a produção de meios de produção (grupo «A»).

Assegurar um considerável desenvolvimento da indústria produtora de artigos para a população. Estabelecer em 60% aproximadamente o crescimento da produção de bens de consumo (grupo «B») durante o quinquênio.

2. Fixar o volume da produção dos tipos mais importantes de artigos industriais para 1960, último ano do VI Plano Quinquenal, aproximadamente nas proporções seguintes:

Siderurgia

	1955=100
Ferro fundido — 53.000.000 toneladas	159
Aço — 68.300.000 toneladas	151
Laminados — 52.700.000 toneladas	152

Combustíveis e energia elétrica

Carvão — 593.000.000 de toneladas	152
Petróleo — 135.000.000 de toneladas	191
Gás — 40.000.000.000 de m ³	388
Energia elétrica — 320.000.000.000 de Kwh	188
Energia hidrelétrica (incluída na anterior)	
— 59.000.000.000 de Kwh	255

Produtos químicos e adubos minerais

Adubos minerais — 19.600.000 toneladas	204
Soda cáustica — 1.000.000 de toneladas	177
Soda calcinada — 2.420.000 toneladas	168

Máquinas e equipamentos

Equipamentos para a indústria metalúrgica — 280.000 toneladas	163
Equipamentos para a indústria química — 208.000 toneladas	184
Aparelhos para a indústria de petróleo — 120.000 toneladas	248
Turbinas a vapor e a gás — 10.500.000 Kw	258
Turbinas hidráulicas — 2.600.000 Kw	173
Geradores para turbinas a vapor, a gás e hidráulicas — 11.000.000 de Kw	243
Tornos para o corte de metais — 200.000 unidades	190
Máquinas de forja e prensa — 25.800 unidades	185
Aparelhos e peças sobressalentes para as mesmas — 7.000.000.000 de rublos	352
Automóveis — 650.000 unidades	146
Tratores — 322.000 unidades	197
Máquinas agrícolas — 9.500.000.000 de rublos	170
Segadoras-debulhadoras — 140.000 unidades	292
Segadoras — 50.000 unidades	21 vezes mais
Locomotivas elétricas — 550 unidades	284
Locomotivas Diesel — 1.630 unidades	12 vezes mais
Vagões de mercadorias para grandes linhas — 52.000 unidades	151
Vagões de passageiros para grandes linhas — 2.800 unidades	158

Madeiras e materiais de construção

Madeira de aproveitamento industrial (extração) — 264.000.000 de m ³	134
Madeira serrada — 80.000.000 de m ³	138
Cimento — 55.000.000 de toneladas	245
Ardósia (para construção de lajes e coberturas) — 3.050.000.000 de chapas convencionais	205
Vidro plano — 155.000.000 de m ²	156

Bens de consumo popular

Tecidos de algodão — 7.270.000.000 de metros	123
Tecidos de lã — 363.000.000 de metros	145
Tecidos de linho — 556.000.000 de metros	182
Tecidos de seda — 1.074.000.000 de metros	204
Fibra artificial — 330.000 toneladas	299
Artigos de confecção — 78.000.000.000 de rublos	152
Roupa branca e de tricot — 580.000.000 de unidades	135
Calçados — 455.000.000 de pares	152
Relógios diversos — 33.600.000 unidades	171
Receptores de rádio e televisão — 10.200.000 unidades	255
Refrigeradores de uso doméstico — 635.000 unidades	419
Máquinas de lavar roupas — 528.000 uni-	



No Museu Politécnico de Moscou está sendo exibido um aparelho empregado na perfuração radioativa, que se utiliza para o estudo do corte dos poços petrolíferos. O engenheiro-chefe da seção de combustíveis do Museu Politécnico, K. N. Vilenkova (no centro) fala aos visitantes sobre o método radioativo para determinar as camadas petrolíferas.

Máquinas de costura — 3.780.000 unidades	235
Motocicletas — 395.000 unidades	162
Bicicletas — 4.230.000 unidades	147
Papel — 2.722.000 toneladas	146
Móveis — 14.600.000 de rublos	211
Açúcar cristalizado — 6.530.000 toneladas	191
Carne (elaboração industrial) — 3.950.000 toneladas	178
Pescado — 4.200.000 toneladas	157
Manteiga e outros produtos lácteos (calculados em leite) — 25.000.000 de toneladas	185
Azeite — 1.840.000 toneladas	165
Conservas — 5.580.000.000 latas convencionais	178

3. Levantar à prática em grande escala medidas para elevar o nível técnico da produção em todos os ramos da indústria, na base do desenvolvimento da eletrificação, da mecanização e da automatização múltiplas, do emprego de modernas instalações de alto rendimento e da tecnologia de vanguarda, e da ampla substituição e modernização das instalações antiquadas.

4. Ampliar de maneira considerável durante o sexto quinquênio a aplicação da energia atômica para fins pacíficos. Construir no curso dos anos 1956-1960 várias centrais eletroatômicas com uma potência total de 2-2,5 milhões de Kw. Construir as centrais eletroatômicas em primeiro lugar nas zonas que não dispõem de sua própria base de combustíveis. Desenvolver os trabalhos de criação de instalações atômico-dinâmicas para fins de transporte. Construir um quebra-gelos dotado de motor atômico. Desenvolver ao máximo os trabalhos para continuar fomentando o emprego das emanações radioativas na indústria, na agricultura e na medicina, em particular para controlar a qualidade dos materiais, dirigir os processos de produção e regulá-los automaticamente, assim como para diagnóstico e tratamento de diversas enfermidades. Ampliar a utilização de átomos pesados nos trabalhos de investigação científica. Aumentar consideravelmente a produção de aparelhos de dosagem e de detecção da radioatividade, assim como dos aparelhos de controle e de comando.

5. Assegurar um considerável aumento da produção das empresas existentes, mediante aumento da produtividade do trabalho, uma melhor utilização dos potenciais de produção, a modernização e substituição da maquinaria antiquada, a eliminação dos «pontos débeis», assim como organizando de maneira mais ritmica o trabalho das empresas, regularizando a produção e melhorando o abastecimento material e técnico e a planificação.

Obter através de uma melhor organização da produção e da utilização dos potenciais da produção não menos de 47% do aumento previsto na produção de aço, de 35% na de ferro fundido, de 40% na de laminados ferrosos, de 42% na de cobre refinado, de 47% na de zinco, de 34% na de chumbo, de 20% na de alumínio, de 60% na de níquel, de 35% na de carvão, de 25% na de derivados leves de petróleo, de 34% na de amoníaco, de 53% na de soda cáustica, de 30% na de soda calcinada, de 24% na de pneus de automóveis, de 54% na de turbinas hidráulicas, de 64% na de transformadores, de 55% na de máquinas de cortar metais, de 55% na de automóveis, de 69% na de tratores, de 48% na de escavadoras, de 35% na de

DIRETIVAS PARA O VI PLANO QUINQUENAL SOVIÉTICO (1956 - 1960)

equipamentos para indústria química, de 40% na de locomotivas elétricas, de 89% na de vagões de passageiros, de 29% na de máquinas de forja e de prensa, de 32% na de cimento, de 55% na de ardósia, de 27% na de coberturas leves, de 86% na de vidro plano, de 12% na de papelão, de 56% na de papel, de 39% na de tecidos de lã, de 56% na de tecidos de linho, de 36% na de calçado de couro, de 63% na de açúcar cristalizado, de 63% na de carne, de 51% na de conservas e de 64% na de azeite.

6. Assegurar a utilização mais racional de matérias-primas, combustível, energia elétrica, metais e outros recursos materiais, a utilização total das matérias-primas no curso de sua elaboração, a redução das normas de gasto de matérias-primas e materiais e a introdução de sucedâneos para as matérias-primas, materiais e metais não ferrosos deficitários ou de custo elevado. Ampliar na indústria o emprego de matérias-primas secundárias, assim como de novos tipos de materiais econômicos. Reduzir verticalmente as perdas de materiais no processo de trabalho, sobretudo as perdas por produção defeituosa.

7. Na base da constante elevação da produtividade do trabalho e da redução do gasto de matérias-primas, materiais, combustível e energia elétrica por unidade produzida e um considerável descenso dos gastos de administração e direção, assim como de outros gastos adicionais, reduzir durante o quinquênio o custo da produção industrial em não menos de 17%.

8. Realizar de 1956 a 1960 trabalhos de prospecção geológica em proporções que assegurem a necessária ampliação das bases de minérios e matérias-primas das empresas que já funcionam ou se acham em construção, assim como a criação de reservas exploradas de matérias-primas para o constante desenvolvimento da indústria, sobretudo nas zonas orientais do país.

Assegurar um aumento de 30-35% das reservas exploradas de minerais ricos em ferro e de níquel em relação ao nível existente no começo do quinquênio, de 40-45% para o cobre, bauxitas, titânio, fosforitas e boro, de 50-55% para nióbio, de 55-60% para o chumbo e o estanho, de 65-70% para o molibdênio de 75-80% para o mercúrio, de 65-70% para o petróleo, assim como um aumento de 35-40% (em capacidade de produção) para as minas de carvões energéticos e de não menos de 40% para os de carvões coqueificáveis.

Impulsionar ao máximo nas zonas orientais do país a pesquisa de novas jazidas de petróleo, gás, metais raros e não ferrosos, de titânio, de minérios de manganês para a produção de ferro manganês. Intensificar os trabalhos de prospecção geológica para a preparação de novas minas de carvões coqueificáveis nas bacias do Donetz, do Pechora, de Kuznetsk e de Yakutsk do Sul, de carvões de pouco resíduo e coqueificáveis no Kazquistão e de carvões energéticos na parte européia da U.R.S.S., nos Urais e na Ásia Central.

9. Na siderurgia: assegurar um elevado ritmo no aumento da produção de metais ferrosos, e em particular de aços especiais, de lâmina de aço de secção reduzida, de longarinas e de aço estirado a frio, de aço para ferramentas e aço eletrotécnico, de chapas bimetálicas e de tubos perfilados; organizar a produção de perfis curvos de folha, chapa e cinta. Multiplicar durante o quinquênio a produção de aços especiais de baixa ligação em umas 17 vezes; a de aço para dinamos em 37% a de aço para transformadores em 2,1 vezes; a de folha laminada em 85%, incluída a de folha fina em 2,2 vezes e a de folha estirada a frio em 4 vezes; a de lâmina de secção reduzida em 93%; a de longarinas em 2,1 vezes; a de tubos soldados de grande diâmetro em 2,7 vezes; a de fio de aço em 3 vezes; a de fio ordinário em 2,4 vezes; a de parafusos e outras peças de junção fabricadas no Ministério da Siderurgia da U.R.S.S. em 4,4 vezes; a de chapas de curvas estiradas a frio em 76%, e a de cabo de aço em 80%.

Elevar em 1960, em relação a 1955, a fundição de aço elétrico em 79%; a produção de coque em 48% e a extração de minério de ferro em 59%. Alcançar, em 1960 uma produção de 73 milhões de toneladas de compostos fundentes de alcalinidade elevada.

Assegurar em 1960, nas empresas dependentes do Ministério da Siderurgia da U.R.S.S., a fundição em atmosfera rica em oxigênio de todas as ligações de ferro produzidas em altos fornos e com a aplicação de oxigênio, cerca de 40% da produção total de aço, incluída a produção de aço de conversor. Organizar a produção de aço elétrico pelo processo duplex em conversores e fornos elétricos. Ampliar ao máximo a fundição e escoamento de aço ao vácuo. Ampliar consideravelmente a fundição centrífuga e semicontínua de tubos e do estanhamento eletrolítico de folha de flandres. Introduzir em larga escala, o método altamente produtivo do fluxo contínuo de aço, que permite melhorar a qualidade de produção e aumentá-la. Terminar o revestimento de todos os fornos de fundição de aço com material altamente refratário.

Pôr em funcionamento durante o sexto quinquênio, mediante construções básicas, novo potencial com a seguinte capacidade de produção: ferro fundido, 16,8 milhões de toneladas, aproximadamente; aço, 15,8 milhões de toneladas; laminados, 16,3 milhões de toneladas, e minério de ferro, 81 milhões de toneladas. Aumentar durante o quinquênio em 3,2 vezes a capacidade de produção de aço inoxidável e de ligas termo-resistentes (estas últimas em mais de 6 vezes). Construir e pôr em funcionamento duas grandes fábricas de artigos metálicos; criar oficinas especializadas na produção de perfis diversos com uma capacidade mínima de 800.000 toneladas. Ampliar a capacidade de produção das usinas de ligas de ferro. Instalar novo potencial para a extração de minério de manganês no Leste. Assegurar a exploração de novas jazidas de minério de ferro e de manganês.

10. Na metalurgia não ferrosa: prever para 1960, em comparação com 1955, um aumento aproximado da produção de cobre refinado em cerca de 60%; de alumínio, de 2,1 vezes; de chumbo, de 42%; de zinco, de 77%; de níquel, de 64% de molibdênio, de 2 vezes; de concentrados de wolfrânio, de 57%; de magnésio comercial, de 2,1 vezes. Ampliar consideravelmente a produção de titânio e de germânio, zircônio, nióbio, tântalo e outros metais raros. Aumentar a produção de metais não ferrosos e raros de alta pureza para assegurar o constante desenvolvimento da eletrônica, a radiotécnica e a produção de ligas termo-resistentes.

Introduzir amplamente novos processos tecnológicos de alto rendimento; beneficiamento polifásico dos minérios, métodos combinados de beneficiamento e tratamento hidrometalúrgico dos minérios, calcinação a temperaturas elevadas, processos eletrotérmicos e de autoclave, aplicação do oxigênio na metalurgia não ferrosa. Aumentar em 2,2 vezes durante o quinquênio a extração de minério não ferroso a céu aberto e aumentar consideravelmente a extração subterrânea de minério aplicando os sistemas de desmoronamento maciço. Elevar a extração de metais das matérias-primas e organizar o tratamento completo destas com aproveitamento de enxofre contido nos minérios e nos gases para a fabricação de ácido sulfúrico. Intensificar os trabalhos de investigação e experimentação com o objetivo de buscar processos mais econômicos para a obtenção de metais não ferrosos, assim como para continuar aperfeiçoando a tecnologia da produção de metais raros e o amplo estudo de suas propriedades e aplicações.

Aumentar no sexto quinquênio a capacidade de produção de alumínio primário em cerca de 2,7 vezes; a de cobre refinado, de 50%; a de chumbo, de 54%; a de zinco, de 1,8 vezes; a de níquel, de 1,7 vezes, e a de ácido sulfúrico nas empresas da metalurgia não ferrosa, de 5,2 vezes.

11. Na indústria carbonífera: superar o atraso da extração de carvão em relação às crescentes necessidades de combustível na economia nacional e assegurar a acumulação das necessárias reservas estatais de combustível.

Impulsionar ao máximo a extração de carvão nas bacias do Donetz e de Kuznetsk, nas jazidas de Lvov Violínia e Ekibastuzk, e começar a pôr em exploração novas jazidas de carvão na região de Kustanal, assim como a de Itat, na região de Kemerov. Elevar até 1960 para 118 milhões de toneladas anuais, aproximadamente, o volume da extração de carvões coqueificáveis.

Intensificar os trabalhos de pesquisa, planificação e aplicação de métodos novos e mais eficazes de abertura e exploração das jazidas carboníferas, assim como os trabalhos visando criar e aplicar nova maquinaria de minas e a melhoria a utilização das máquinas e mecanismos disponíveis.

Assegurar o ulterior desenvolvimento da extração de carvão a céu aberto, elevando-se aproximadamente em 1960 a 122 milhões de toneladas anuais, assim como a aplicação da extração subterrânea de carvão pelo método hidráulico.

Pôr em funcionamento durante o quinquênio dentro da jurisdição do Ministério da Indústria Carbonífera da URSS, minas de exploração a céu aberto, nas quais se obtenha cerca de 240 milhões de toneladas de carvão por ano. Dobrar aproximadamente a velocidade de perfuração dos poços e outras grandes escavações minerais. Acelerar a obtenção da potência planificada nas minas de carvão existentes e nas de recente exploração. Elevar a qualidade do carvão e, para uso, aumentar seu tratamento em fábricas beneficiadoras em 85%, aproximadamente, e duplicar a produção de carvão em tijolos.

Reduzir verticalmente as perdas de carvão nos resíduos do beneficiamento e melhorar a tecnologia deste, introduzindo novos e mais eficazes métodos.

Assegurar o aumento da obtenção de xistos betuminosos durante o quinquênio em não menos de 67% e o da turfa em 44% (compreendida a da turfa com frezadoras em 73%).

12. Na indústria do petróleo: assegurar um elevado ritmo no aumento da extração e refino do petróleo, aumentar

em cerca de duas vezes a obtenção de derivados e em 1,5 vezes a de lubrificantes.

Elevar para 82% a proporção do petróleo extraído das jazidas mediante a utilização e métodos de pressão artificial. Aperfeiçoar e utilizar amplamente o método de desagregação hidráulica das camadas pouco permeáveis.

Elevar em não menos de 85% a velocidade média de perfuração dos poços produtores de petróleo e gás e em 95% a dos poços de prospecção. Reduzir em 30% aproximadamente, o custo dos trabalhos de perfuração.

Assegurar a aplicação conjunta de novos e eficazes métodos de prospecção e aperfeiçoar o equipamento técnico desta.

Prever a intensificação da refinação do petróleo. Melhorar a qualidade dos combustíveis e lubrificantes para automóveis e tratores; elevar as qualidades antidetonantes das benzinas, reduzir a quantidade de enxofre e parafina no combustível para motores Diesel, melhorar a viscosidade e as propriedades de aproveitamento dos óleos e lubrificantes para motores Diesel. Introduzir nas refinarias de petróleo que se acham em processo de construção ou reconstrução processos tecnológicos em métodos de produção de derivados do petróleo, novos e mais aperfeiçoados.

Intensificar o ritmo de construção de novas refinarias de petróleo e de grandes oleodutos e reduzir o custo ao mínimo. Aumentar durante o quinquênio em não menos de 45 milhões de toneladas o potencial de refinação primária do petróleo, à base da construção de novas fábricas, e em não menos de 26 milhões de toneladas o cracking da matéria-prima.

13. Desenvolver ao máximo a indústria do gás: fomentar o emprego do gás na economia nacional como na matéria-prima química e como combustível, assim como também para usos domésticos. Elevar durante o quinquênio em 3,9 vezes, aproximadamente, a extração e produção do gás. Intensificar os trabalhos de prospecção geológica e exploração a fim de descobrir novas jazidas de gás e assegurar no quinquênio um aumento das reservas industriais de gás de cerca de 85% a 90%.

Assegurar o aproveitamento industrial das novas jazidas de gás de Stavropol, Shebelinka e Stepnov e preparar para seu aproveitamento a jazida de Beriözovo, na Sibéria.

Construir e pôr em funcionamento 9.000 quilômetros de grandes gasodutos, figurando entre os mais importantes os de Stavropol-Moscou, Dálnava-Minsk-Leningrado, (com ramificações até Vilnius e Riga) Stavropol-Nevinnominsk-Mineralnie-Vodi-Grosni, Shebelinka-Jarkov-Kursk-Oriol-Briansk, Kazan-Gorki. Iniciar a construção dos gasodutos Beriözovo-Sverdlovsk e Grozni-Tbilisse.

14. No domínio da eletrificação: intensificar o ritmo e melhorar a qualidade da construção; assegurar a constante elevação do nível técnico das centrais termoelétricas e hidráulicas e das redes elétricas e térmicas. A par da introdução incessante da energia elétrica na indústria, efetuar a eletrificação mais ampla dos transportes e da agricultura e melhorar o abastecimento de energia elétrica das cidades.

Aumentar aproximadamente em 2,2 vezes a potência total das centrais elétricas acionadas por turbinas, em 2,7 vezes a das centrais hidrelétricas e em 2,2 vezes a extensão das redes elétricas do Ministério das Centrais Elétricas para uma de 35 a 220 mil volts.

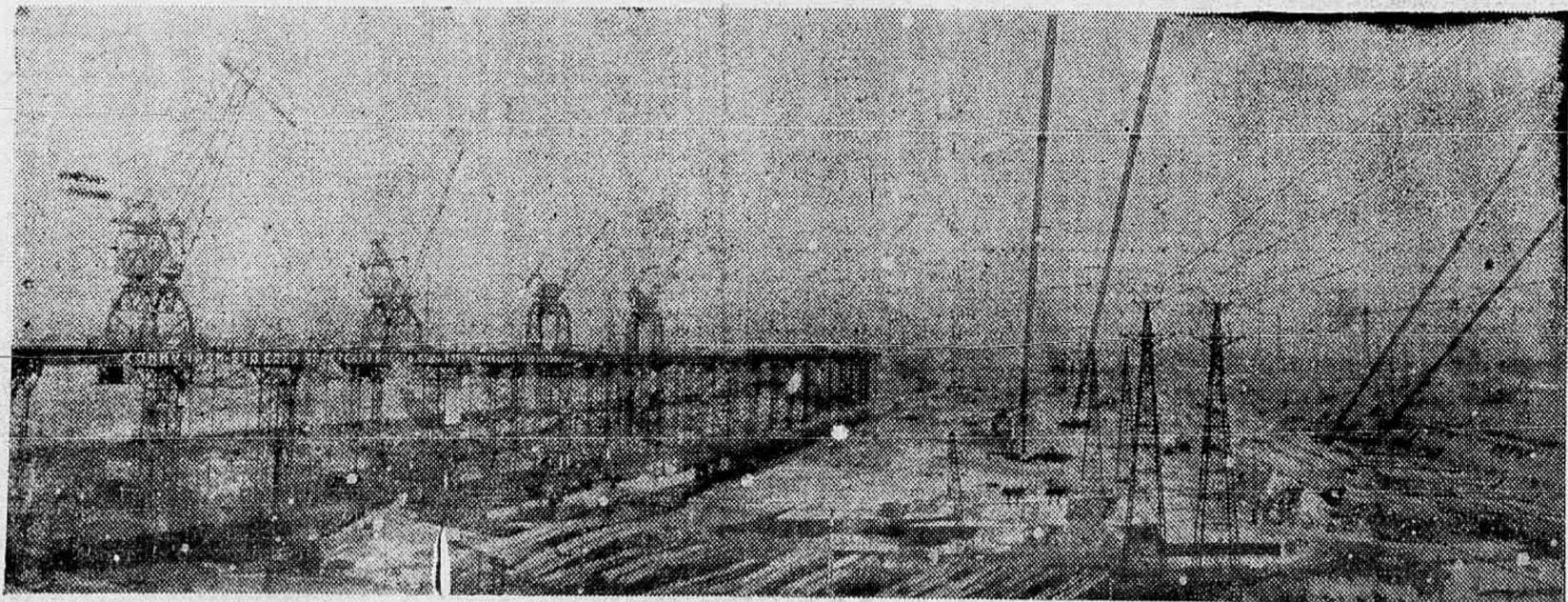
Terminar a construção das centrais hidrelétricas de Kúbishev e Stalingrado em toda a sua potência, desenvolver no Volga a construção da central hidrelétrica de Saratov, de uma potência de um milhão de kilowatts; terminar no Kama a construção da central de Votkinsk, de 540.000 kilowatts, iniciar as obras da central do Baixo Kama, de cerca de 900.000 kilowatts, e a da central de Cheboksari, no Volga, de cerca de 800.000 kilowatts.

Construir e pôr em funcionamento a central hidrelétrica de Kremenchung, de 450.000 kilowatts, e a de Dnieprodzerzhinsk, de 250.000 kilowatts.

Desenvolver a construção de grandes centrais hidrelétricas nas zonas orientais da U.R.S.S. Pôr em funcionamento, no Angará, a central de Irkutsk, de 660.000 kilowatts, a primeira fase da de Bratsk, cuja potência total projetada será de 3.200.000 kilowatts, e a de Novosibirsk, no Obi, de 400.000 kilowatts. Empreender as obras da central de Krasnoyarsk, no Yenissei, de 3.200.000 kilowatts, e a de Kamen, no Obi, de 500.000 kilowatts.

Criar um sistema energético único na parte européia da U.R.S.S., mediante a união das centrais hidrelétricas de Kúbishev e Stalingrado aos sistemas energéticos do Centro, do Sul e dos Urais, construindo para esse fim, linhas de transmissão de energia de 400.000 volts. Desenvolver os trabalhos para criar um sistema energético único da Sibéria Central (desde Novosibirsk até Irkutsk). Unir os sistemas energéticos da Geórgia, Azerbaidjão e Armênia.

Aumentar a potência das centrais térmicas distritais nos grandes sistemas energéticos, como regra geral, mediante a



Na U.R.S.S. existem vastos sistemas energéticos como o Central, o do Sul e o dos Urais que com as centrais hidrelétricas de Kúbishev e de Stalingrado, formarão o conjunto energético da parte européia da U.R.S.S. e enviarão a energia produzida a uma só rede de alta voltagem. Cogita-se também durante o sexto quinquênio de unificar os sistemas energéticos das três repúblicas do Cáucaso e da Sibéria Central. O elo principal desse sistema será as centrais de Bratsk e de Krainoiarsk, as maiores do mundo. NA FOTO, aspecto do lastreamento das escavações da central de Stalingrado.

DIRETIVAS PARA O VI PLANO QUINQUENAL SOVIÉTICO (1956-1960)

construção de centrais de grande potência com instalações de cem mil, cento e cinquenta mil e duzentos mil kilowatts e a disposição dessas centrais nas zonas de extração de combustíveis.

Assegurar o prosseguimento dos trabalhos para dotar de calefação central as empresas industriais e as grandes cidades e liquidar o atraso na construção de redes térmicas.

Prever a criação de reservas de aproveitamento do potencial elétrico de não menos de 10% no sistema energético único da parte européia da U.R.S.S., e em outros grandes sistemas energéticos.

Com o fim de continuar tornando mais econômico o funcionamento das centrais elétricas e de reduzir o custo das mesmas, utilizar amplamente nas grandes centrais térmicas instalações para uma pressão de vapor de 130 atmosferas e uma temperatura até 565°C, com aquecimento intermitente do vapor, e assegurar a introdução do sistema combinado caldeira-turbina. Introduzir no aproveitamento industrial turbinas combinadas de uma potência de 200.000 Kw com uma pressão de vapor de 220 atmosferas e uma temperatura de 600°C. Pôr em funcionamento uma turbina combinada de 300.000 kilowatts para uma pressão de 300 atmosferas e uma temperatura de 650°C, assim como uma série de centrais experimentais e industriais movidas por turbinas de gás. Efetuar a reconstrução técnica de diversas centrais térmicas de escasso rendimento econômico mediante utilização de vapor à alta pressão.

Realizar a transmissão de energia de corrente contínua de alta tensão e, para isso, pôr em funcionamento uma linha de condução de corrente contínua desde a central hidrelétrica de Stalingrado até a bacia do Donetz.

15. Prever um ritmo acelerado de desenvolvimento da indústria química e, em particular, da fabricação de produtos químicos necessários para assegurar o progresso técnico dos diversos ramos da economia nacional.

Aumentar em proporções consideráveis a fabricação de produtos químicos que garantam a elevação do rendimento das culturas; organizar a produção de novas espécies de adubos químicos concentrados, de novos e mais eficazes inseticidas para combater os parasitas e doenças das plantas. Elevar a um milhão de toneladas, aproximadamente, a produção anual de adubos fosfóricos concentrados.

Organizar em grande escala industrial a fabricação de produtos químicos para combater as ervas daninhas, a fim de assegurar uma redução considerável dos gastos de trabalho na manutenção das culturas.

Aumentar verticalmente a produção de matérias-primas para adubos químicos: concentrados de apatita, fosforitas, assim como ácido sulfúrico e enxofre, pela utilização das jazidas de enxofre natural e pela transformação dos minérios de sulfato de cobre e dos gases que contêm enxofre. Aumentar a produção de amoníaco em 87%, aproximadamente, e a de ácido sulfúrico em 91%.

Considerar como uma das tarefas mais importantes das indústrias química e petrolífera a elevação vertical do emprego do gás metano, gás natural e dos derivados do petróleo para a produção de borracha sintética, álcool, detergentes e outros produtos químicos, com o fim de suprimir totalmente a utilização de cereais, azeites vegetais e outras matérias-primas alimentícias na elaboração desses produtos; liquidar, no fundamental, até o fim do quinquênio, a utilização de álcool de consumo empregado com fins técnicos. Multiplicar por 10 aproximadamente a produção de álcool sintético e por 2,2 vezes a de borracha sintética. Aumentar a fabricação de produtos químicos mediante uma melhor utilização do gás de coque e dos produtos de coqueificação da hulha.

Ampliar o sortimento e aumentar a produção de alcátrons sintéticos, gomas e corantes de alta qualidade, de matérias plásticas, de isolantes elétricos, de materiais sintéticos para a indústria de construções mecânicas, para a indústria radiotécnica e outros ramos da economia nacional. Aumentar em 5,9 vezes a produção de materiais sintéticos para a fabricação de fibra artificial. Duplicar aproximadamente a produção de cobertas para automóvel.

Introduzir largamente na indústria química novos e eficazes processos tecnológicos e equipamento de elevado rendimento.

Nas empresas do Ministério da Indústria Química, aumentar durante o quinquênio em 1,7 vezes, aproximadamente, a capacidade de produção de amoníaco e de soda cáustica, e em 2,3 vezes a de borracha sintética.

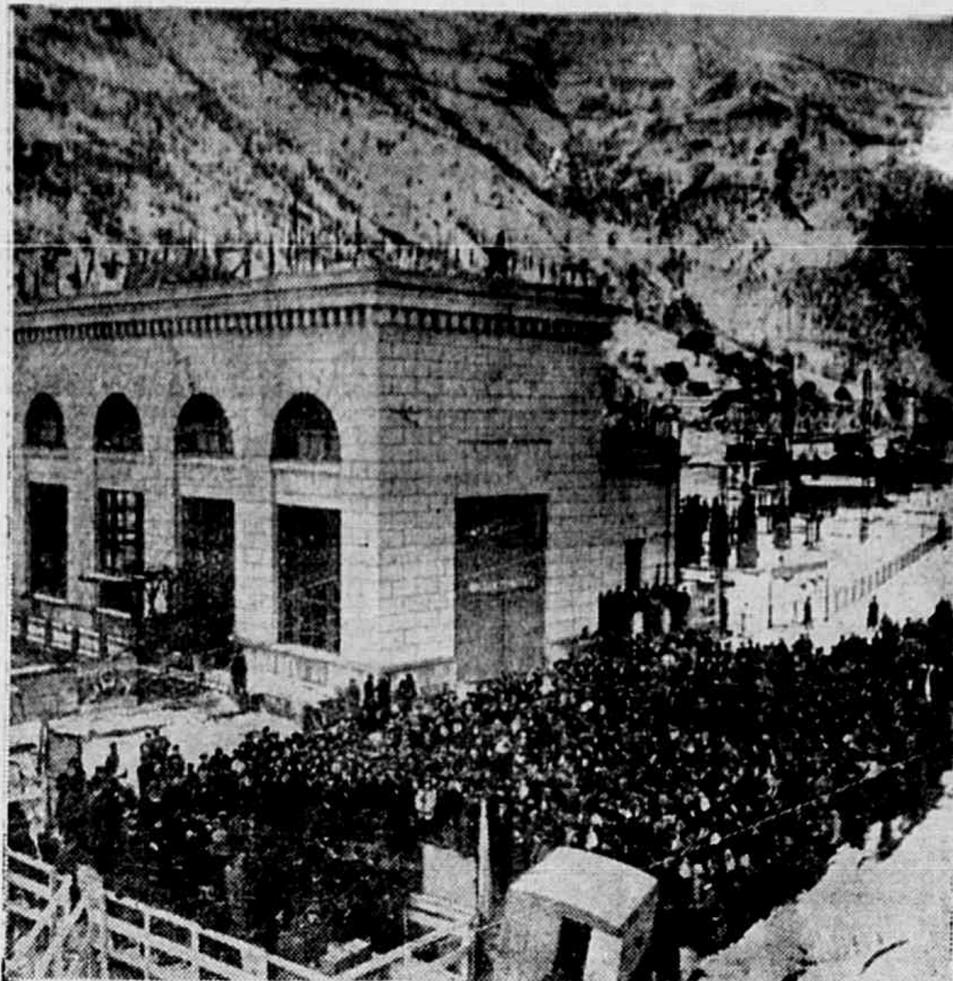
16. Considerar como uma tarefa de suma importância no domínio das construções mecânicas continuar fomentando e alcançar um vasto desenvolvimento da fabricação de novos tipos altamente produtivos de equipamentos e máquinas, tornos, prensas e aparelhos. Aumentar durante o quinquênio em aproximadamente 80% a produção da indústria de construções mecânicas e de transformação de metais.

Elevar verticalmente o nível técnico das empresas de construção mecânica. Renovar e modernizar em proporção considerável o parque de máquinas para a transformação de metais. Ampliar a utilização de novos métodos progressivos de produção de bilhetes nas empresas de construções mecânicas. Desenvolver amplamente os trabalhos de pesquisa científica de planificação e de experimentação a fim de criar, em um breve lapso de tempo, novos tipos de máquinas de alto rendimento.

Prever a criação de oficinas experimentais, com laboratórios que correspondam às exigências da técnica moderna, nas principais empresas de construções mecânicas.

Reduzir em uma média mínima de 22% o gasto específico de metal, mediante o melhoramento do desenho das máquinas, a diminuição de suas dimensões e de seu peso, um maior emprego de diversos aços especiais, de ligas leves, de plásticos, de perfis econômicos de laminados e a aplicação de métodos modernos para obter peças de fundição e de forja de dimensões exatas.

Na indústria de máquinas-ferramentas: aumentar 2,4 vezes a produção de tornos combinados especializados, especiais e de posição múltipla, e aproximadamente em 5 vezes a de linhas automáticas e semi-automáticas e a de equipamentos para as oficinas e fábricas automáticas. Elevar para fins do quinquênio em não menos de 50% o coeficiente dos grupos mais aperfeiçoados de máquinas para cortar metais, dentro da fabricação total de máquinas-ferramentas; aumentar a produção de equipamentos para a indústria de madeira, incluindo linhas automáticas e máquinas-ferramentas automáticas e semi-automáticas.



★
Nos dias do XX Congresso do P.C.U.S. foi concluída a construção da central hidrelétrica de Terebli-Riks (Ucrânia). Nas obras dessa central foram realizados trabalhos gigantescos: a extração de 1.200.000 metros cúbicos de escombros num terreno rochoso, a abertura na pedra de um túnel de vários quilômetros de longitude e a construção de uma estação elevadora no rio Terebli. A central fornece energia às empresas industriais colcozes e estações de máquinas e tratores da Transcaucásia. Aparece no clichê o cenário comemorativo da inauguração da central.

Assegurar um crescimento mais rápido da produção de equipamentos para a forja, a prensa e a fundição em relação à produção de máquinas para o corte de metais. Aumentar consideravelmente a fabricação de equipamentos para a forja e o prensado, em particular a de potentes prensas hidráulicas, prensas mecânicas de forjar e estampar e prensas de amolgar, máquinas para a forja horizontal e prensas automáticas para peças especiais, incluídas as que permitem o aquecimento elétrico do metal. Aumentar em não menos de 4 vezes a produção de máquinas pesadas de forja e prensa e em não menos de 8 vezes a de equipamentos de fundição.

Pôr em funcionamento o potencial indispensável à produção de equipamentos para corte de metais, de máquinas para a forja e prensa e de equipamentos de fundição e, em primeiro lugar, fábricas de linhas automáticas e de máquinas-ferramentas especiais e combinadas.

Na indústria de maquinaria pesada: assegurar a fabricação de trens de laminação de alto rendimento, inteiramente mecanizados e automatizados ao máximo, e, em primeiro lugar, a de trens para a laminação contínua de chapas, aços comerciais e tubos, a de trens para a produção de perfis curvos e para a laminação periódica, a de máquinas combinadas para a produção de tubos de solda elétrica de pequenos e grandes diâmetros e a de equipamentos para mecanizar os processos da laminação que exigem mão-de-obra numerosa. Aumentar durante o quinquênio em 82% a fabricação de equipamentos para a laminação.

Organizar a produção de grandes elevadores de carga até 25 toneladas, a de extratoras combinadas de carvão para o trabalho em diversas condições geológicas, a de escavadoras draglines de 25 metros cúbicos e de agulhão de 100 metros. Aumentar a fabricação de novos tipos de aparelhos para intensificar a refinação do petróleo. Modernizar os equipamentos de perfurados existentes e criar outros mais perfeitos, assim como também motocompressores a gás de grande rendimento.

Duplicar, no mínimo, durante o quinquênio, a fabricação de equipamento para mecanizar a indústria da turfa.

Na indústria de construções mecânicas energéticas e na indústria eletrotécnica: elevar a qualidade e os índices técnico-econômicos dos grupos geradores, caldeiras e turbinas e do equipamento elétrico. Assegurar a produção de novo equipamento energético a pressões de vapor mais elevadas e automatização múltipla do funcionamento das turbinas a vapor, caldeiras e outros equipamentos das centrais elétricas. Elaborar os projetos e executar a produção de turbinas a vapor de 200.000 e 300.000 kilowatts de potência e de caldeiras para essas turbinas, de grandes geradores para turbinas a vapor de uma potência até 300.000 kilowatts com refrigeração especial da bobinagem e de potentes geradores para as centrais hidrelétricas. Organizar a produção em série de turbinas de gás fixas e móveis, assim como a de grupos eletrogêneos movidos à base de turbinas a gás.

Organizar a base experimental para os trabalhos de pesquisa científica, com o objetivo de criar equipamento elétrico para corrente alternada de mais de 400 mil volts; assegurar a fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos para as linhas de corrente contínua de alta tensão.

Organizar a produção de grandes fornos elétricos, de uma capacidade até 180 toneladas, para a fundição de aço com mistura eletromagnética do metal, e de fornos elétricos com a parte superior fechada para a fundição de ligas de ferro.

Organizar a produção de retificadores de corrente à base de semicondutores e de novos materiais isolantes sintéticos para o equipamento elétrico. Ampliar consideravelmente o emprego de isolantes de silício e de vidro.

Acelerar a ampliação da base de produção de novos tipos modernos de aparelhos de alta tensão, de potentes retifica-

dores de alta tensão e retificadores para a eletrificação do transporte, para a siderurgia e a metalurgia não ferrosa e para outros ramos da economia nacional.

Desenvolver ao máximo a indústria radiotécnica e de construção de aparelhos, especialmente a produção de aparelhos para controlar e regular os processos tecnológicos. Aumentar durante o quinquênio aproximadamente em 3,5 vezes a fabricação de aparelhos e meios de automatização (em 4 vezes a de aparelhos para o controle e a regulação automática dos processos tecnológicos, em 4,5 vezes a de máquinas de calcular e calculadoras-analíticas, em 3,6 vezes a de aparelhos elétricos de medição, em 3 vezes a de aparelhos ótico-mecânicos). Aumentar a variedade e triplicar no mínimo a produção de aparelhos radiotécnicos de medição. Aumentar 2,6 vezes a produção de aparelhos elétricos de vácuo.

Desenvolver a base para os trabalhos de pesquisa científica e de laboratório na indústria de construção de aparelhos, na radiotécnica e na eletrônica e melhorar consideravelmente seu equipamento técnico. Intensificar os trabalhos de projeção e fabricação de máquinas calculadoras automáticas e de rápido funcionamento para resolver complicados problemas matemáticos, e de máquinas calculadoras matemáticas para automatizar a direção dos processos de produção. Elevar a exatidão e melhorar a qualidade dos aparelhos fabricados. Assegurar a elaboração de novos meios de automatização, baseados na utilização das últimas conquistas da física, da eletrônica e da radiotécnica. Desenvolver em larga escala os trabalhos de pesquisa científica em matéria de aparelhos construídos à base de semicondutores e ampliar sua aplicação prática.

Aumentar em fins do quinquênio para 10-15 vezes a produção de lâmpadas fluorescentes e elevar a 100 milhões de unidades a fabricação anual de lâmpadas de gás crypton.

Ampliar a produção de aparelhos para as linhas de teletipo e para as linhas de cabo com grande número de canais; a de aparelhos para a automatização dos processos de comunicações, para as comunicações por rádio e telegráficas, assim como a de centrais telefônicas automáticas.

Com o fim de ampliar a base de produção de aparelhos de aplicação industrial, construir e pôr em funcionamento durante o sexto quinquênio 32 fábricas de aparelhos.

Na indústria de maquinaria de transporte: desenvolver a fabricação de locomotivas elétricas e locomotivas Diesel e suspender a de locomotivas a vapor para as grandes linhas e criar locomotivas de propulsão à turbina de gás. Organizar a produção em série de novos e potentes motores Diesel para locomotivas, navios e instalações fixas. Organizar a produção em série de locomotivas elétricas para as grandes linhas alimentadas pela rede de corrente alternada de frequência industrial. Projetar e executar a fabricação de vagões de mercadorias; de vagões-bandeja e de vagões basculantes universais com uma capacidade de carga de 90 a 100 toneladas, assim como de vagões para transportar cimento. Assegurar a produção em proporções consideráveis de novas locomotivas e vagões sobre rolamentos e de vagões de passageiros com instalações de ar condicionado.

Na indústria automobilística: elevar quantitativamente a produção de caminhões em cerca de 32% pela capacidade total de carga em 45%, a de ônibus em 88% e a de automóveis de turismo em 86%; a de reboques de automóveis e de trator em 4,3 vezes, e a de peças sobressalentes para automóveis em 2,2 vezes. Substituir os modelos antiquados de automóveis, ônibus e motores por novos modelos com índice mais elevado de aproveitamento. Organizar a produção de caminhões basculantes com uma capacidade de carga de 40 a 50 toneladas. Aumentar a produção de automóveis para todos os terrenos, de caminhões especiais, de reboques e semi-reboques de automóvel, aperfeiçoados para diversas aplicações.

Na indústria de construção de tratores e máquinas agrí-

DIRETIVAS PARA O VI PLANO QUINQUENAL SOVIÉTICO (1956-1960)

rolas; aumentar a fabricação de tratores destinados ao trabalho de monda aproximadamente 2,7 vezes, melhorar os índices técnico-econômicos dos tratores, projetar e organizar a produção de novos tipos de tratores de lagarta, de tratores de roda e de carros automotores mais econômicos e que requeiram menor quantidade de metal.

Assegurar a produção de tratores dotados de mecanismos hidráulicos e organizar a fabricação de tratores de 140 e 250 HP para as necessidades da indústria, da construção e da agricultura.

Desenvolver a produção de máquinas agrícolas para a mecanização múltipla dos trabalhos no cultivo de plantas, na pecuária e em outros ramos da agricultura, adaptadas às condições das diversas zonas agrícolas do país; assegurar a execução e a introdução de uma grande variedade de máquinas e instrumentos agrícolas portáteis e semiportáteis para os tratores, a fim de passar, no fundamental, durante o quinquênio, à produção de máquinas e instrumentos portáteis e semiportáteis e introduzir, na construção das máquinas com reboques, mecanismos que permitam ao próprio tratorista manotá-las.

Ampliar consideravelmente a produção de máquinas para a colheita diversificada dos cereais: segadoras de fileiras (windrowers), assim como de recolhedores de palha para as segadoras-debulhadoras.

Aumentar a produção de máquinas e instrumentos para mecanizar nas granjas pecuárias os trabalhos que exigem muita mão-de-obra, aumentar a produção de recolhedores-prensadores e recolhedores-empilhadores e de outras máquinas para a preparação do feno, de máquinas distribuidoras de adubo, máquinas para o vasto emprego de meios de luta contra as ervas daninhas e os parasitas da agricultura, assim como mecanismos de carga e descarga.

Introduzir na produção novos tipos de segadoras-debulhadoras de tração, automotrizas e de secção direta, sobretudo para a colheita das culturas de palha larga e de alto rendimento, para o trabalho nas regiões de elevado grau de umidade, assim como máquinas para colher o milho, algodão, beterraba, e outras máquinas agrícolas.

Nos ramos da indústria de construção de maquinaria geral: ampliar consideravelmente a fabricação de equipamento de alto rendimento para a indústria química. Organizar a produção de instalações de oxigênio para a siderurgia, com uma potência de 10.000 a 30.000 metros cúbicos por hora.

Organizar a fabricação de novo equipamento tecnológico de alto rendimento para as indústrias produtoras de aparelhos elétricos de vácuo, de cabos, eletrotécnica e de papel; organizar para as indústrias têxtil e leve e fabricação de novos teares automáticos, de máquinas combinadas para o beneficiamento contínuo dos tecidos, de grupos de máquinas combinadas para a produção de fibra e couros artificiais e de outras máquinas que funcionem a maiores velocidades. Aumentar a produção de novos tipos de máquinas automáticas para a indústria da alimentação, de refrigeradores e equipamentos para mecanizar a limpeza do pescado nos barcos e nas fábricas de conservas.

Desenvolver consideravelmente a indústria de maquinaria para a construção, pontes e estradas. Triplicar, aproximadamente, a fabricação de escavadoras, aumentar em 4 vezes a de niveladoras automotrizas, em 5 vezes a de equipamento completo para a preparação de peças de concreto armado e em 10 vezes a de equipamento destinado à produção de grandes blocos de parede e de grandes blocos de concreto armado. Ampliar a produção de equipamento completo de grande rendimento para a indústria do cimento e para fábricas automáticas de cimento, assim como de equipamentos mecânicos para a construção.

Na indústria de construções navais: durante o quinquênio a construção de navios mercantes e de navios-tanques e aproximadamente em 3,9 vezes a de barcos para pesca e para recepção e transporte do pescado. Aumentar consideravelmente a velocidade e a capacidade de carga dos navios mercantes. Assegurar a construção de navios mercantes modernos, com uma capacidade de carga de 5.000 e 10.000 toneladas, de navios-tanques com uma capacidade de carga de 20.000 a 25.000 toneladas, de rebocadores com uma potência de 1.200 a 2.200 HP para rios e lagos, de paquetes de 600 a 1.200 HP, de navios baleeiros rápidos, assim como de grandes barcos servindo de base para a caça à baleia, de barcos de rede com porões refrigerados, de barcos que sirvam de bases para a pesca do arenque, de navios de passageiros e para o transporte de madeira. Organizar a construção em grandes séries de navios com instalações para o congelamento do pescado e com sistema de refrigeração nos porões, e ampliar a construção de barcos em concreto armado.

17. Na indústria de materiais de construção: considerar como principal tarefa o amplo desenvolvimento da produção de materiais e artigos pré-fabricados que facilitem um alto índice de montagem, assim como o melhoramento da qualidade e a redução dos custos da construção, e, para isso, estipular um elevado desenvolvimento da produção de cimento, peças pré-fabricadas de concreto armado e blocos de parede pré-fabricados, tabiques, instalações técnico-sanitárias e materiais para revestimento. Aumentar em 1960, em relação a 1955, a fabricação de armações e peças pré-fabricadas de concreto armado em cerca de 5,8 vezes; a de cal em 2,1 vezes; a de coberturas leves em 1,9 vezes; a de materiais para paredes em 2,4 vezes, e a de materiais de construção não provenientes de pedreiras em 1,8 vezes.

Ampliar a produção de cimento de secamento rápido de alta qualidade. Assegurar o aumento da produtividade das fábricas de peças de concreto armado, mediante a especialização de empresas e o aperfeiçoamento dos processos de produção. Organizar a fabricação maciça de blocos e peças pré-fabricadas de concreto delgado, ôco e armação resistente de tubos de concreto armado. Organizar a produção de materiais de construção à base de matérias-primas trituradas

nas betoneiras de vibração. Elevar consideravelmente a qualidade dos materiais para paredes e para revestimento, das ardósias, das coberturas leves de vidro plano e das instalações técnico-sanitárias.

Liquidar o atraso na extração e transformação de pedra, cascalho, saibro e areia. Construir grandes fábricas distritais de trituração e classificação do cascalho, introduzir o beneficiamento e o fracionamento dos materiais de construção não provenientes das pedreiras e reduzir seu custo.

Com o fim de satisfazer de modo mais completo as necessidades dos colcozes em materiais de construção locais, recomendar-lhes que desenvolvam êles próprios, nas proporções necessárias, a produção de material para paredes, telhas, cal, chapas de junco prensado e outros materiais de construção locais.

18. Assegurar o constante desenvolvimento da indústria florestal. Aumentar em cerca de 42%, durante o quinquênio, a extração de madeira de aproveitamento industrial nas empresas dependentes do Ministério da Indústria Florestal da U.R.S.S. e, para isso, pôr em funcionamento equipamento permitindo extrair 82 milhões de metros cúbicos e reforçar o ritmo de desenvolvimento das empresas de corte de madeiras e da construção de serrarias nas zonas florestais. Pôr em funcionamento, em 1956-1960, um potencial de produção representando 16,5 milhões de metros cúbicos de madeira serrada. Reorganizar as fazendas florestais de estação como empresas permanentes com quadro fixo de operários. Melhorar consideravelmente a utilização do equipamento na indústria florestal e equipá-la com máquinas e mecanismos mais produtivos.

19. Prever um considerável aumento da indústria do papel e da indústria de madeira. Aumentar em cerca de 60% a produção de papel de impressão e em 51% a de papel jornal, em 2,8 vezes a de papelão e em 2,3 vezes a de álcool hidrolítico e sulfítico. Ampliar a produção de papel fino para impressão e de papel para embalagem, desenvolver a fabricação de novas espécies de papel e de papelão para embalagem. Introduzir métodos modernos de produção da celulose e da semicelulose e de hidrólise da madeira.

Construir novas fábricas de celulose e de papelão à base da utilização do junco como matéria-prima.

Aumentar a utilização de madeira de espécies foliáceas e dos resíduos de madeira das serrarias, da indústria madeireira e das empresas florestais para fabricar produtos das indústrias de celulose e de papel, da indústria químico-madeireira e hidrolítica, chapas de madeira e fibra, peças para a construção e chapas de madeira prensada.

20. Na indústria leve garantir o contínuo aumento da produção de artigos industriais de amplo consumo e assegurar uma considerável melhoria de sua qualidade, variedade e apresentação.

Aumentar a produção de tecidos felpudos, de tecidos mesclados, de tecidos cardados de lã pura, tecidos jacquard, tecidos de fibras sintéticas para trajes e vestidos, meias de alta qualidade, roupa interior de malha de seda, roupa de malha de pura lã e semilã, artigos de confecção e sapatos de diversos modelos.

Organizar em grande escala a produção de fibras artificiais e aumentar sua fabricação em 1960 para 330.000 toneladas (incluindo 44.000 toneladas de fibras sintéticas de tipo caprou, clorine, anide, lavsan e nitron), ou seja, 3 vezes mais do que em 1955. Assegurar em 1960 a fabricação de 5.000 toneladas de fibra de vidro e de 51 milhões de metros quadrados de couro artificial.

Ampliar os trabalhos de pesquisa científica no domínio da produção e elaboração de fibras artificiais, em particular de fibras sintéticas, assim como na elaboração de processos tecnológicos econômicos que reduzam o processo de produção e o gasto de matérias-primas. Diminuir consideravelmente as perdas de matérias-primas nas empresas da indústria têxtil e leve.

Pôr em funcionamento em 1956-1960, pela realização de obras básicas, cerca de 3.166.000 fusos, 95.000 teares e potencial para produzir 255.000 toneladas de fibra artificial e 85 milhões de pares de calçados.

21. Na indústria de alimentação: prever o constante crescimento da produção de comestíveis, correspondendo aos crescentes recursos de matérias-primas agrícolas, assim como a melhoria da qualidade da produção, a ampliação da variedade e o emprego de melhores métodos de embalagem e empacotamento que assegurem a conservação da qualidade dos artigos alimentícios.

Aumentar em 56% a produção de manteiga, e em 2,7 vezes a de produtos lácteos.

Com o fim de obter maior quantidade de açúcar e azeite, assegurar em 1956-1960 a aplicação em grande escala dos métodos de extração de açúcar do melão da beterraba por separadores centrífugos, assim como o método de extração de óleo das sementes oleaginosas com a ajuda de solventes.

Para assegurar um desenvolvimento mais amplo da pesca ativa em alto mar, continuar dotando de grandes barcos modernos a indústria pesqueira. Equipar os barcos de pesca e os barcos vigias de aparelhos de radionavegação e hidroacústicos, assim como de equipamentos mais modernos para mecanizar a pesca e o acondicionamento do pescado. Dotar a indústria pesqueira de barcos com redes, mundos de frigoríficos e instalações para a limpeza do pescado que permitam acondicioná-lo a bordo e descarregá-lo nos portos pronto para o consumo.

Com o objetivo de conservar e aumentar as reservas do pescado nas águas do país, levar a cabo um considerável trabalho visando melhorar as condições naturais de reprodução das reservas do pescado e continuar desenvolvendo em grande escala a criação e aclimação das variedades mais preciosas da piscicultura industrial.

Assegurar uma redução considerável das perdas de matérias-primas e de produtos fabricados em todos os ramos da indústria de alimentação.

Pôr em funcionamento durante o quinquênio, através de obras básicas, novo potencial com a seguinte capacidade aproximada de produção: para a transformação de 708.000 quintais de beterraba açucareira e 2.335 toneladas de sementes oleaginosas por dia; para a elaboração de 937.000.000 de latas de conservas vegetais e de frutas e 300.000.000 de latas de conservas do pescado por ano; para a produção de 2.279 toneladas de carne, 313.000 latas de carne em conserva e 379.000 latas de conservas láctea por dia e para a transformação de 2.350 toneladas de leite em queijo e manteiga por dia.

II. NA MECANIZAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PRODUÇÃO

1. A fim de assegurar o constante progresso técnico, a elevação da produtividade e facilitar as condições de trabalho, acelerar consideravelmente o ritmo de mecanização dos trabalhos e automatizar em larga escala os processos de produção na indústria:

Realizar em grandes proporções e em todos os ramos da indústria a mecanização múltipla dos trabalhos básicos e auxiliares. Dedicar especial atenção à mecanização múltipla dos trabalhos de carga e descarga.

Passar da automatização de máquinas combinadas e de operações simples à de fábricas e processos tecnológicos e à criação de empresas totalmente automatizadas. Assegurar que continue difundindo-se o telecomando dos equipamentos e a telemecanização do controle e da direção nos sistemas energéticos, explorações petrolíferas e outros ramos da produção.

2. Em ligação com as medidas projetadas para o amplo desenvolvimento da mecanização e da automatização múltipla dos processos de produção, realizar simultaneamente os trabalhos necessários para aperfeiçoar os processos tecnológicos e melhorar a organização da produção. Com isso, aumentar consideravelmente o coeficiente dos métodos contínuos e em cadeia de produção, visando facilitar as operações até alcançar nesse aspecto o nível das melhores realizações da técnica nacional e estrangeira. Assegurar à indústria os meios de mecanização e automatização e os aparelhos necessários; melhorar seriamente a utilização do equipamento e dos mecanismos existentes.

3. Prever as seguintes tarefas fundamentais, no que concerne à mecanização e automatização dos processos de produção, segundo os ramos industriais.

Na siderurgia: realizar em consideráveis proporções a automatização do manejo dos fornos Martin, a mecanização e automatização múltipla dos processos tecnológicos na produção de laminados, coque, materiais refratários e artigos metálicos e iniciar a automatização múltipla do manejo dos altos fornos. Automatizar, no mínimo, 40 trens de laminação e de laminação de tubos existentes. Passar à direção centralizada do transporte subterrâneo e à teledireção das máquinas e mecanismos fundamentais nos trabalhos do subsolo e de superfície das grandes minas de ferro e de manganês; introduzir a automatização múltipla de processos de produção nas empresas de beneficiamento da indústria siderúrgica.

Na metalurgia não ferrosa: terminar a automatização dos fornos de reflexão e refinamento da indústria do cobre; automatizar os fornos de poço de mina e de chaminé nas indústrias do chumbo e do zinco, do níquel e de metais raros; introduzir nas grandes empresas de beneficiamento a automatização múltipla dos processos de trituração, pulverização e flutuação e realizar também nas principais minas de metalurgia não ferrosa a automatização do controle dos processos de produção e a teledireção dos processos de coleta e transporte do mineral e do funcionamento dos elevadores de carga e cubas e instalações auxiliares.

Na indústria carbonífera: a fim de realizar a mecanização múltipla da extração do carvão, mecanizar amplamente o deslocamento dos sistemas de sustentação nas galerias e de deslocamento dos combolos nas galerias de evacuação, assegurar o constante desenvolvimento da mecanização do transporte do carvão obtido nas camadas leves e fortemente inclinadas, terminando-a primeiramente nas bacias do Donetz, Kuznetsk e de Karagandá. Terminar a mecanização do transporte de carvão e de rochas durante os trabalhos de abertura de galerias. Assegurar a ampliação máxima da automatização e teledireção de máquinas e mecanismos nos trabalhos subterrâneos, na superfície das minas e nas empresas de beneficiamento. Realizar a mecanização múltipla dos trabalhos nas minas de carvão a céu aberto com a utilização de potente equipamento. Elevar consideravelmente o coeficiente das armações metálicas e de concreto armado na sustentação das minas e reduzir o gasto de madeira na sustentação.

Finalizar os trabalhos de mecanização múltipla da extração de turfa com frezadoras e os de mecanização de sua extração, secamento, coleta e transporte em blocos, dos trabalhos de transporte e dos trabalhos preparatórios e auxiliares nos pântanos.

Na indústria do petróleo: mecanizar e automatizar em grande escala as operações de descanso e elevação na perfuração dos poços de petróleo; terminar a automatização da extração e do transporte do petróleo; introduzir amplamente o controle e direção automáticos dos processos nas refinarias de petróleo existentes e automatização múltipla nas que estão em construção. Realizar parcialmente o telecontrole e a direção centralizada dos poços de petróleo, dos poços auxiliares de água e dos oleogaseodutos. Mecanizar a montagem de torres de extração e empregar instalações desmontáveis e móveis nos trabalhos de prospecção.

Nas centrais elétricas: terminar os trabalhos para introduzir a direção telemecânica nas centrais hidrelétricas; passar no curso de dois ou três anos ao método de teledireção nos principais sistemas energéticos e nas grandes subestações. Prever a automatização múltipla da direção em todas as centrais termoeletricas cuja construção tenha início no curso do sexto quinquênio.

(Continua no próximo número)



Ligação Com a Luta P e l a s Reivindicações, Importante Fator do Êxito Das Conferências

Reportagem de GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS

A EXPERIÊNCIA tem mostrado que a preparação é a realização das conferências e atos unitários dos trabalhadores alcançam grandes êxitos quando se realizam em estreita ligação com a luta pelas reivindicações. Isso é tanto mais importante no momento em que se prepara a Conferência Nacional de Defesa das Leis Sociais, bem como outros conclaves operários em âmbito nacional ou estadual. E isso ficou demonstrado, com particular clareza, no curso da preparação da Conferência Paulista de Defesa das Leis Sociais que, em muitos setores, verificou-se em íntima relação com a luta pelas reivindicações dos trabalhadores. Esse fato contribuiu, em considerável medida, para reforçar os sindicatos, impulsionar a organização, fortalecer e ampliar a unidade.

LUTAS NAS EMPRESAS

Em numerosos setores do proletariado paulista, a preparação da Conferência se fez em estreita ligação com a luta pelas reivindicações não somente gerais, de todo o setor, como específicas, dentro das empresas. Muitas vitórias foram alcançadas.

No Lanificio Filipo, por exemplo, depois de debater a questão em várias reuniões e de ameaçarem com a greve, os operários obrigaram os patrões a pagar o repouso semanal, de acordo com a lei nº 605. Na Fiação e Tecelagem Varam exigiram e obtiveram o cumprimento de alguns itens da Consolidação, relativos à higiene e segurança no trabalho. No Lanificio Piratuba os trabalhadores paralisaram o trabalho em protesto contra a suspensão injusta de um companheiro e, simultaneamente, exigiram a abolição das humilhantes «chapinhas» (sem as quais não podiam ir ao banheiro) o que

foi obtido. No Cottonificio Paulista também foram abolidas as «chapinhas», bem como o sistema de limpeza das máquinas gratuitamente. Na Semramis e Indutex foram conquistados êxitos na luta contra as perseguições.

Os trabalhadores em transportes urbanos impulsionaram a luta pelo aumento (agora vitoriosa), criando uma Intersindical que uniu os três sindicatos da CMTC. Os ferroviários conquistaram o pagamento do aumento de salários, que estava pendente. Entre os trabalhadores de laticínios, a preparação da Conferência alertou a massa para o término do contrato salarial, pondo na ordem do dia novo contrato. Os bancários realizaram a Conferência sob o signo da luta pelo aumento, promovendo passeatas, grandes assembleias, etc. No curso da preparação da Conferência os ferroviários — que realizaram uma assembleia-monstro e chegaram às vésperas da greve — conquistaram aumento de salário, colocando na ordem do dia a aprovação do Estatuto de Ferroviário.

OUTROS EXEMPLOS

Em vários setores da construção civil a preparação da Conferência possibilitou o debate de reivindicações sentidas e estimulou a luta por sua conquista. Na Construtora Cavalcanti & Junqueira os operários conquistaram 20% de aumento e o fornecimento de botas de borracha para o trabalho em concreto. O mesmo ocorreu na Construtora Luzar, Construtora São Domingos, Construtora Paulo di Amore, Giuseppe Trota e outras. Nessas empresas a luta pe-

IMPULSO À UNIDADE

A CONFERÊNCIA com tribuna para fortalecer o movimento sindical, porque sua preparação ligou-se estreitamente à luta pela sindicalização de novos trabalhadores e pela liberdade sindical. Os sindicatos dos Têxteis e Metalúrgicos inscreveram, no período, milhares de novos associados. A Federação dos Têxteis elegeu uma chapa única democrática para sua diretoria, o que ocorre pela



lários. Os trabalhadores da Brahma também conquistaram aumento.

A ligação entre a preparação da Conferência e a luta pelas reivindicações permitiu ao conclave o amplo apoio das massas e, ao mesmo tempo, reforçou a luta destas pela solução de importantes problemas, estimulando sua combatividade e reforçando sua unidade. Este foi um fator importante do êxito da Conferência Paulista de Defesa das Leis Sociais.

primeira vez. Os mestres e contra mestres derrotaram a manobra que visava separá-los da Federação dos Têxteis. Os padeiros elegeram uma junta governativa e afastaram de seu sindicato elementos estranhos. Os trabalhadores em bijouterias, pedras, ótica, etc. fundaram seu sindicato. A Conferência constituiu um impulso poderoso para a unidade sindical em São Paulo.

VITÓRIA DA GREVE DOS PORTUÁRIOS CARIOCAS

CONQUISTARAM DUAS REIVINDICAÇÕES E A PROMESSA DO GOVERNO DE CEDER NA TERCEIRA

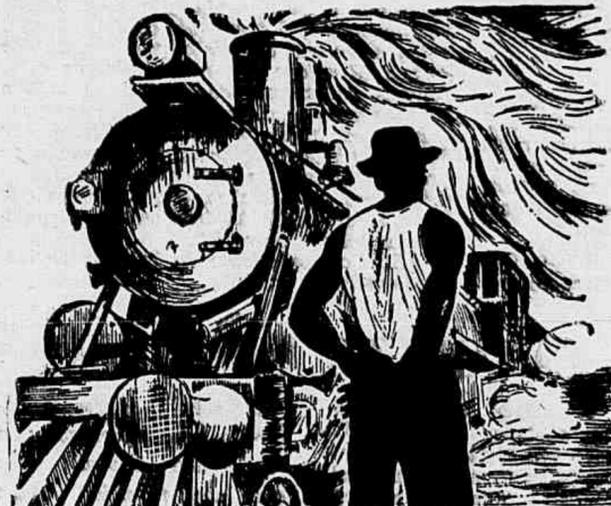
EM ASSEMBLÉIA da União dos Servidores do Porto, os portuários cariocas decidiram voltar ao trabalho nas horas extras, depois de dois meses de greve parcial. Os portuários reivindicavam o pagamento dos salários atrasados, a volta do antigo horário dos guindasteiros e a demissão do superintendente do Porto, sr. Jadir Sellos Oliveira.

As duas primeiras reivindicações foram conquistadas. Quanto à demissão do superintendente, um emissário do sr. Juscelino Kubitschek, que compareceu à assembleia, declarou estar o presidente da República inclinado a aceitar as razões dos trabalhadores — precisando, embora, de tempo para adotar uma decisão. Em face disso, os portuários decidiram pôr fim ao movimento e aguardar a decisão presidencial. Ao mesmo tempo, decidiram dirigir-se ao sr. Juscelino Kubitschek, reclamando a intervenção do governo para que não se verifiquem perseguições contra os grevistas, como ameaça o sr. Jadir Sellos.

UNEM-SE OS FERROVIÁRIOS PERNAMBUCANOS PARA A LUTA POR SUAS REIVINDICAÇÕES

OS TRABALHADORES da Rede Ferroviária do Nordeste estão lutando pela aprovação do quadro do pessoal da ferrovia e a consequente liberação da verba para pagamento dos atrasados de acordo com o último aumento do funcionalismo federal. Os ferroviários lutam, igualmente, contra a transformação da RFN em sociedade anônima, o que é objeto de um projeto de lei atualmente no Senado, por trás do qual se esconde o lede dos agentes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

A Rede Ferroviária do Nordeste conta com 10.800 trabalhadores e uma extensão de cerca de 9 mil quilômetros, em quatro Estados. Os ferroviários possuem uma bela tradição de luta pela liberdade sindical e as reivindicações. De 1949 a 1952 o Sindicato, que congrega cerca de 7 mil associados, esteve sob a ditadura de um inimigo dos trabalhadores, mas estes conseguiram, em 1952, eleger, em chapa unitária, uma diretoria de sua confiança. De então para cá o Sindicato conta com o apoio dos operários e está à frente de suas lutas.



No período anterior a esta vitória da unidade os trabalhadores estavam divididos, havia perseguições, associados eram demitidos arbitrariamente do Sindicato por motivos políticos, tudo isso contribuindo para debilitar os ferroviários e impedir que lutassem por suas reivindicações mais sentidas.

REFORÇA-SE A UNIDADE

A unidade dos ferroviários reforçou-se no curso da úl-

tima campanha pelo pagamento dos atrasados do abono especial que haviam conquistado. Foram criadas comissões de arregimentação sindical nos mais importantes núcleos da ferrovia, como Jaboatão, Edgard Werneck, Central, Cinco Pontas, etc. Uma Comissão Permanente orientava o trabalho destas comissões, promovendo assembleias às quais chegaram a comparecer 2 mil trabalha-

dores. Por decisão da assembleia uma comissão foi enviada ao Rio, para levar as reivindicações dos operários ao governo federal. Quando a comissão comunicou que havia obtido as primeiras vitórias, uma grande assembleia resolveu transformar as comissões de arregimentação e a Comissão Permanente em um Conselho Permanente de Arregimentação Sindical, que, nos vários núcleos da estrada, luta pelo fortalecimento da unidade dos trabalhadores, pelo fortalecimento de seu Sindicato e contra as tentativas divisionistas dos inimigos dos ferroviários.

Os operários, ao mesmo tempo em que se unem e se organizam para a defesa de seus interesses imediatos, assumem posição decidida na defesa das liberdades, tendo exigido a cessação das violências do governo do Estado contra o movimento operário e democrático e a anistia para todos os perseguidos políticos.

(Do Correspondente da VOZ em Jaboatão, Pernambuco).

EXIGIR A REVOGAÇÃO DO DECRETO 9.070

TEM ALCANÇADO significativos êxitos, nos últimos meses, a luta dos trabalhadores brasileiros pela garantia dos direitos e liberdades que a Constituição lhes assegura. Particularmente depois da vigorosa ação dos metalúrgicos de Volta Redonda, em defesa de seu Sindicato e contra a intervenção do Ministério do Trabalho na entidade, os operários garantiram a posse de inúmeras diretorias sindicais e impuseram derrotas sucessivas à política intervencionista do Ministério. Expressiva vitória da luta pela garantia do direito de greve foi a obtida pelos ferroviários do Rio Grande do Sul, que obrigaram — com o apoio de todos os sindicatos — o governo do Estado a anular o inquérito policial e as punições contra os participantes do movimento grevista nas ferrovias gaúchas.

Mais expressiva, porém, é a anistia a todos os trabalhadores perseguidos, demitidos ou condenados pelo «crime» de participarem em greves ou movimentos reivindicatórios — todos punidos com base nas leis de exceção em vigor, inclusive o famigerado decreto antioperário 9.070. Esta é uma vitória do grande movimento nacional pela anistia, no qual a classe operária e seu movimento sindical tiveram participação destacada. E isso põem na ordem do dia, como uma questão importante para o desenvolvimento do movimento operário e democrático, a ampliação da conquista democrática obtida, com a revogação do decreto fascista 9.070.

No Distrito Federal os trabalhadores e os dirigentes sindicais já promoveram um debate, no qual se evidenciou, mais uma vez, o caráter antioperário daquele decreto, cuja revogação foi exigida. Esta é uma exigência que une a todos os trabalhadores, sindicatos, federações e confederações. «O decreto 9.070 — dizia o Discurso do Trabalhador, lido pelo presidente da CNTI na memorável concentração de 1º de Maio, no Estádio do Vasco — fez e fiel reminiscência do Código Criminal de 1890, anterior à Constituição, continua em vigor e representa a total negação do direito democrático de greve». Sua revogação é um dos pontos da Plataforma de Unidade apresentada a 1º de Maio. Urge, portanto, que saibamos impulsionar a luta por essa reivindicação democrática, cuja conquista contribuirá para fortalecer o movimento operário e democrático no país.

Voz dos Leitores

Truste Ianque Exige Cr\$ 20.000,00 Pela Colocação de Cada Poste

«A Cia. Paulista de Força e Luz, Truste norte-americano da eletricidade, resolveu fazer chantagem para exigir o pagamento de um crédito que tinha na Prefeitura, recusando-se a substituir as lâmpadas queimadas das ruas da cidade. O prefeito Romulo Luppo, recentemente eleito, utilizando o dinheiro arrecadado com os aumentos de impostos (que em certos casos subiram em 1.000%) e em prejuízo de outras firmas credoras da Prefeitura, pagou ao trustee. De posse do dinheiro, entretanto, a Cia. Paulista vem se negando sistematicamente a fazer instalações de iluminação pública e domiciliar nos diversos bairros da cidade, que há muito reclamam este melhoramento.

Há dias, uma comissão de senhoras dirigiu-se ao prefeito para reivindicar a colocação de luz num bairro, mas ele, esquecendo-se de que prometera às vésperas das eleições exigir da Cia. Paulista a iluminação dos bairros, disse que o trustee só faria ligações se os interessados pagarem Cr\$ 20.000,00 por cada poste colocado, acrescentando ainda que ele nada podia fazer, pois a Prefeitura não tem dinheiro.

Fatos como este provocam justa revolta entre os moradores dos bairros, que já vivem oprimidos pela desenfreada carestia que impera e nunca poderiam dispor de Cr\$ 20.000,00 para a colocação de cada poste. Ao contrário, o povo considera essa exigência do trustee inteiramente absurdo, assim como a convivência do prefeito».

(Do Correspondente da VOZ em Araraquara, S. Paulo.)



ESPIÕES AMERICANOS ROUBAM MINÉRIOS

«O seringueiro Olavo Pinheiro, recentemente chegado do Rio Sucunduri, contou-nos que no mês de abril, encontrou no Alto Cucunduri três estrangeiros: Don e Carlson, americanos, e Lay, africano. Providos de um motor de pópa e 3 canoas, manejadas pelo motorista Eleutério, assim como de dois aparelhos de rádio, os estrangeiros contrataram doze homens para trabalhar em escavações de 10 a 20 metros, a fim de localizarem uma areia de cores amarela e vermelha. Acondicionadas em saquinhos de 10 quilos, a areia misteriosa era transportada para lugar ignorado.

Certa vez, um empregado deles, de nome Abdou, guardou um pouco da areia em sua bagagem, mas Lay descobriu o fato e despediu-o imediatamente. Não só as areias interessam aos estrangeiros: várias qualidades de pedras e manganês são carregadas para o mesmo destino das areias.

Consta que, em maio, a expedição estaria operando no rio Urubu. Na época em que o seringueiro Olavo veio para Manaus, os estrangeiros estavam localizados no lugar denominado Palhal e Serra do Boné, minas das areias.

É evidente que estes indivíduos são espiões a serviço dos trustes americanos, fazendo ilegalmente explorações na Amazônia e roubando minérios estratégicos. Cabe ao governo (federal e estadual) tomar providências contra os exploradores».

(Do Correspondente da VOZ em Manaus)

MULTAS E DESCONTOS NA FAZENDA PRIMAVERA

DO Correspondente da VOZ na Fazenda Primavera, em Centenário do Sul (Paraná), recebemos:

«Em reportagens anteriores, já denunciámos diversas modalidades de exploração e opressão que imperam nessa fazenda. Vimos, por exemplo, que os colonos pagam multas cada vez que vão à cidade sem ordem da fazenda. Mas existem outras multas: se um colono, com ordens da fazenda, consulta o médico e deixa passar o prazo de 15 dias para entrega, nos escritórios, da receita para as devidas anotações, é multado em Cr\$ 40,00; se até o dia 1º de cada mês o colono não leva aos escritórios da fazenda sua caderneta para ser escriturada, é multado em Cr\$ 25,00.

Outra imposição da fazenda, colocada nos contratos de trabalho, é a de proibir que os

colonos tenham mais de um gato ou mais de um cachorro, e que, evidentemente, é um absurdo.

Queremos frisar também, nesta reportagem a ajuda decidida e inestimável que nos foi dada por esse combativo órgão central da imprensa popular. Realmente, denunciados nas reportagens anteriores, e em vista de nossa decisão de resistirmos organizadamente à exploração, os patrões recuaram e decidiram não cobrar durante quatro meses o desconto de Cr\$ 80,000 (para futebol e bailes). Anunciaram que, após esse prazo, passarão a cobrar somente Cr\$ 40,00, com o que estão enganados, pois não estamos dispostos a permitir mais nenhum desconto ou multa em nossos parques sa-lários.»

Os Sanitaristas do Ceará

Unem-se Para Conquistar Suas Reivindicações

Reportagem de J. A. Silva, correspondente da VOZ OPERÁRIA em Fortaleza

HA' mais de um mês encontram-se em luta os servidores públicos do serviço de endemias rurais do Estado do Ceará. Dada a justiça de suas reivindicações e a firmeza que demonstram, tudo indica que os sanitaristas conquistarão a vitória. A luta em que estão empenhados é para conseguir o pagamento dos seus vencimentos, atrasados desde fevereiro, inclusive com o aumento concedido em Janeiro, que os chefes se recusam a pagar.

Manobra desonesta

Sem pensar nos problemas dos funcionários — a braços com a vertiginosa elevação de preços dos gêneros essenciais — certos chefes de repartições responsáveis pelo pagamento dos funcionários utilizam o dinheiro recebido com esse fim para obter lucros, que embolsam. Ao receberem a verba para pagar os funcionários, os chefes colocam-na nos bancos e esperam durante 2 ou 3 meses que o dinheiro renda alguns milhares de cruzeiros de juros, quando então retiram-no pagam os servidores e ficam com o lucro. Nesse interim, os funcionários passam por toda sorte de privações.

Luta a União dos Sanitaristas

Para coordenar a luta con-

tra esta situação, a União dos Sanitaristas do Ceará reuniu-se, deliberando: não aceitar o pagamento dos recebimentos atrasados sem a inclusão do aumento de fevereiro e março; enviar comissões ao governador e ao vice-governador; enviar telegrama ao Departamento de Educação e Saúde, ao presidente da República e à sra. Sarah Kubitschek; enviar ao Rio uma comissão de três sanitaristas para reclamar pessoalmente ao sr. Kubitschek providências para solucionar o caso.

Solidariedade

Em sua luta os sanitaristas têm contado com a solidariedade calorosa dos sindicatos de gráficos, carpinteiros, construção civil, carris, que passaram telegramas ao Departamento de Saúde pedindo que sejam atendidos os

direitos daqueles servidores. Do Interior do Estado, igualmente, a U. S. C. tem recebido mensagens de apoio dos sanitaristas. A imprensa de Fortaleza, assim como uma estação de rádio, tem colaborado com a luta dos funcionários.

A solidariedade recebida tem estimulado todos a intensificarem seus esforços para conquistar a vitória. A pressão e as tentativas de quebrar a unidade do movimento, feitas pelas repartições, têm fracassado.

Por outro lado, o importante papel desempenhado pela U.S.C. credenciaram-na aos olhos dos sanitaristas de todo o Estado. Uma demonstração disso é o aumento do número de sócios.

Unidos estreitamente em torno de sua organização e com mais espírito ofensivo, os sanitaristas não se deixarão esfomear sem luta e conquistarão suas reivindicações.

Espancado Com Arame Farpado

«Na cerâmica Anhanguera, desta cidade, o empregador exige que os operários comecem o serviço às 6 horas da manhã, o que lhes causa muitas dificuldades. Se o empregado chega atrasado, o patrão não paga o descanso semanal remunerado.

Recentemente houve um acidente na cerâmica com o trabalhador José Ribeiro, que foi vitimado na seção de serraria e quebrou um pé. O empregador ignorou o caso e nem sequer fez-lhe uma visita».

espancar a vítima com arame farpado, depois de terem roubado Cr\$ 350,00 de seus bolsos. O trabalhador já estava quase morto de apunhar, quando surgiu na estrada um político local, o que fez com que os espancadores corresse.

O povo dessas cidades exige a prisão dos criminosos, já que sua impunidade os estimulará a cometer novas violências».

(Do correspondente da VOZ em Anhanguera, Goiás.)

SELVAGERIA POLICIAL

«Um exemplo de vandalismo da polícia que revoltou as pessoas desta cidade foi dado pelo delegado especial de Goiandira, que, juntamente com o delegado de Cumari e dois policiais, prenderam um trabalhador, colocaram-no num automóvel e rumaram pela estrada de Cumari. Depois de rodar 9 quilômetros, pararam o carro e passaram a

POSTA-RESTANTE

MANIFESTO — Do Correspondente sindical em Manaus, recebemos cópias de manifestos de chapas concorrentes às diretorias dos sindicatos de trabalhadores na construção civil e na alimentação. Gratos.

ARTIGOS — De nosso Correspondente em Poços de Caldas, recebemos dois recortes de jornais sobre o preço da carne e sobre a necessidade da construção de um ginásio naquela cidade.

CARTAS — Sem indicação do lugar de origem, recebemos uma carta sobre o assassinato de Ozéas Ferreira e outra sobre a publicação das obras de Stálin. Esta o remetente deve endereçar à Editorial Vitória — Rua Juan Pablo Duarte, n. 50 (sobrado) — Distrito Federal.

VITÓRIA DOS ESTIVADORES BAIANOS

«Os estivadores baianos, ao lado de seus companheiros de todo o país, lutam para que suas reivindicações, expostas nas teses aprovadas pelo I Congresso Nacional dos Estivadores, sejam reconhecidas pelo governo. Nas teses do I Congresso Nacional dos Estivadores estão incluídas suas principais reivindicações, como o aumento de 100% nos salários.

Uma das reivindicações que os estivadores querem ver atendidas imediatamente é a melhor classificação de certas mercadorias, como a mamona, que deve ser paga como "carga geral" para que obtenham melhor pagamento, em vista de ser uma carga que contém muitas impurezas e poeira.

Recentemente, os estivadores tiveram uma demonstração de que, unidos, podem

conquistar suas reivindicações. O fato passou-se quando a polícia tentou prender o trabalhador Francisco Moura, apenas porque ele ia entrando num navio sem o "ticket". Em sinal de protesto, os trabalhadores paralisaram o serviço durante duas horas, unanimemente. O presidente do Sindicato foi então ameaçado de prisão pelo capitão dos Portos. Reunidos em assembléia, os estivadores deliberaram que, se até às 12,30 o presidente do sindicato não regressasse, entrariam em greve às 13 horas. A totalidade dos trabalhadores atendeu ao chamado de greve e a unidade demonstrada evitou a prisão dos dois colegas, o que mostra que nada pode resistir à força unida e organizada da classe operária».

(Do Correspondente da VOZ na Estiva — Salvador).

TIROTEIO NA CÂMARA DE ALAGOINHAS

«A cidade de Alagoinhas foi abalada, recentemente, com um tiroteio em plena sessão da Câmara Municipal, do qual resultaram um morto e vários feridos. Os protagonistas foram, de um lado, o bacharel Darcy Carvalho, filho e secretário do prefeito e seus correligionários, e de outro, os vereadores da «Frente Popular Democrática», que fazem cerrada oposição ao prefeito.»

(Do correspondente da VOZ em Alagoinhas, Bahia).

N. da R. — Agradecendo aos esforços do correspondente que nos enviou a no-

tícia acima, queremos fazer-lhe uma observação: a reportagem enviada teve que ser resumida assim porque não fornece dados claros, embora comente os antecedentes do tiroteio. A linguagem não é direta («por causa dos rumores que passaram a circular», «onde passou, a constar», «segundo uma das versões correntes»), não fica explicado qual foi o papel dos srs. Darcy Carvalho, João Nou e Rios, e nem quais foram o morto e os feridos.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto
Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712. Tel. 42-7344

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua dos Andrades, 1.646 s/ 74, 7º and.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º — sala 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco n° 1.248 s/ 22, Tel. 1-13-03

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias — s/ 203 (Calçada).

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558, 1º and., salas 3/4. Endergo telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

ASSINATURAS:

Annual Cr\$ 100,00
Semestral Cr\$ 50,00
Trimestral Cr\$ 25,00
Núm. avulso. Cr\$ 1,50
Núm. atrasado Cr\$ 2,00

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

200 Famílias Camponesas Ameaçadas De Despejo, em Nanuque (Minas)



CERCA de 200 camponeses de Nanuque (Minas Gerais) estão ameaçados de despejo de suas terras, em consequência da «grilagem» da área em que construíram suas propriedades por um grupo de latifundiários. Os latifundiários estão recorrendo a ameaças e violências para expulsar os posseiros. Utilizam, para isso, o destacamento policial da localidade, comandado pelo sargento Armindo, e o juiz de paz, sr. José Fernandes Ruas. O juiz de paz está enviando «intimações» aos posseiros, ameaçando-os de lançar a polícia contra eles, no caso em que não cumpram a ordem de abandonar as propriedades.

PROPRIETÁRIOS HÁ MAIS DE 30 ANOS

Os camponeses de Nanuque, agora ameaçados de despejo, têm direito às propriedades em que residem e plantam. Muitos deles são proprietários das terras há mais de 30 anos e desbravaram a mata para fazer suas roças. Foi com a valorização rápida das terras da região, ocorrida de alguns anos para cá, que surgiram os grileiros, tentando açambarcar as propriedades e aproveitar o trabalho dos camponeses. Aquelas eram terras devolutas. Como sempre ocorre nestes casos, os grileiros arranjaram uma «documentação» para justificar o assalto à propriedade alheia, em nome de um suposto «direito» que adiriam sobre ela. O que ocorre em Nanuque é idêntico ao ocorrido em Porecatu (Paraná) e Formoso (Goiás), onde os latifundiários tentaram expulsar os posseiros por meio da violência para apropriar-se de terras que não lhes pertencem.

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA

Os camponeses estão dispostos a defender seus direitos e a não deixar as terras. Contrataram advogados, os drs. Ramiro Cipriano da Silva e Verderval Ferreira. Estes estão tomando as providências de ordem legal e, ao mesmo tempo, denunciando ao governo da República e do Estado, ao Congresso Nacional e aos tribunais o plano contra os camponeses, tendo orientado os lavradores para que não deixem suas propriedades em hipótese alguma. Será, também, promovida a responsabilização criminal das autoridades que estão coagindo ilegalmente os posseiros, a serviço dos grileiros.

A Associação dos Trabalhadores Rurais de Nanuque coloca-se à frente dos posseiros.

ros da defesa de seus direitos. O secretário da Associação, sr. Felisberto Pinheiro, fez um apelo aos camponeses e operários de todo o país, bem como às organizações camponesas e aos sindicatos de trabalhadores, para que manifestem sua solidariedade aos lavradores de Nanuque e os ajudem a defender suas terras contra o assalto dos grileiros. «Nossa causa é justa — diz o apelo — somos vítimas de um esbulho do que penosamente construímos para nossos filhos: nossa posse, nosso sítio. Venceremos se contarmos com o apoio dos trabalhadores rurais, dos lavradores e dos operários».

Os posseiros de Nanuque não somente se recusam a abandonar as terras, como não se curvam ante as ameaças de violência dos latifundiários, que estão fornecendo caminhonetes ao destacamento policial para cometer tropelias e arbitrariedades. Sabem os camponeses que, se se unirem, se estiverem organizados, vencerão seus inimigos e permanecerão na terra.

(Do correspondente da VOZ em Governador Valadares, Minas Gerais).

AMPLIA-SE A ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES GOIANOS

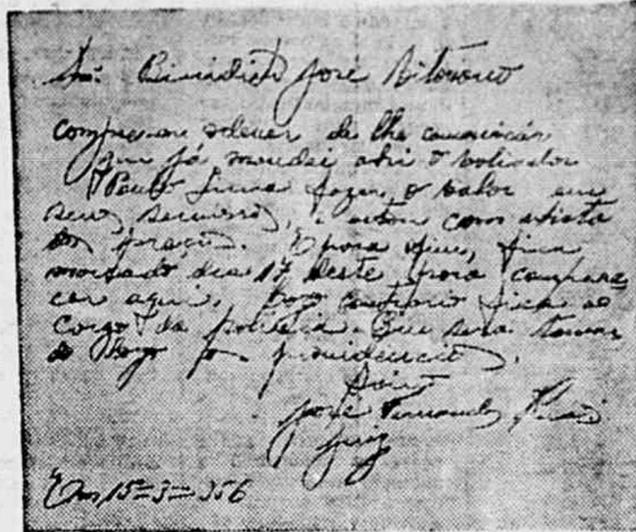
NOVAS organizações de camponeses acabam de ser criadas em Goiás, com a adesão de numerosos camponeses e reforçando a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAG) do Estado, filial da ULTAB.

Em Vila Dourada (Tromba, região de Formoso), foi fundada uma comissão de defesa dos posseiros, tendo participado da fundação o sr. José Felixoto, diretor do Departamento Nacional de Terras e Colonização, que visitava o local, na ocasião, pouco depois de derrotadas as investidas policiais na região de Formoso. A comissão, que atuará em colaboração com a Associação dos Lavradores de Formoso, tem a seguinte direção: presidente — Dickson Argenta; 1º secretário — Antônio Marcos; 2º secretário — Enéias Sá; tesoureiro — Alberto da Silva.

Em Rianópolis, povoado próximo a Rialma, foi criada a delegacia da ULTAB que tem a seguinte diretoria: presidente — João Cardoso da Silva; vice-presidente — Adelaido Martins Rosa; 1º secretário — João Evangelista; 2º secretário — José Maximiliano; 1º tesoureiro — Iracema Evangelista; 2º tesoureiro — Albertina Pereira da Silva. Participam, ainda, da entidade os camponeses Francisco Rodrigues Soares, Pedro Ribeiro da Silva, Jerônimo Ferreira de Araújo, Antônio Costa, Arcelino Antônio de Oliveira, Valeriano Batista de Paula, Alvinia Nunes Jesus, Estácia Pereira de Souza, Benedita Ferreira Rabêlo e Salomão Rabêlo.

Também em Bonfinópolis, distrito de Silvânia, foi criado um Departamento Distrital da ULTAG, cujos fundadores são os camponeses Sebastião Nicéas da Silva (presidente), João Ribeiro de Queiroz (secretário), Satil Moreira dos Santos (tesoureiro), José Rosa da Costa, Joaquim Eleutério, Antônio Costa, Antônio Pereira da Silva, Jovelino Venâncio Camargo, Deusdete Gonçalves Almeida, Inácio Gómes de Rezende, José Vital da Silva, Anísio Alves, Antônio Luiz Ribeiro, Francisco João de Oliveira, Antônio Adriano da Silva, Sebastião Caetano de Souza, Raimundo Antônio da Silva, Antônio Jorge de Almeida, Antônio Eugênio Brás e Benedito Rodrigues Teixeira.

(Do correspondente da VOZ em Goiânia)



DIA 10 A II CONFERÊNCIA DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO PARÁ

REUNE-SE no dia 10 próximo a II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará. A conferência é convocada pela ULTAP, entidade que congrega camponeses e assalariados de numerosos municípios do Estado e cujo prestígio vem crescendo no seio das massas, graças à atividade que desenvolve em defesa de seus interesses e, particularmente, na campanha pela reforma agrária. Uma comissão, da qual participam representantes dos municípios de Bragança, Capanema, Peixe-Boi, Igarapé-Açu, Castanhal e outros vem mantendo entendimentos com as autoridades, das quais têm encontrado apoio.

Apoio do governador e do prefeito

Acompanhada do deputado Gerardo Palmeira, a comissão esteve em visita ao governador do Estado, que prometeu todo o apoio à conferência, assegurando que entraria em entendimentos com o Instituto Lauro Sodré a fim de que o Instituto cedesse a sede para a

realização do conclave e hospedagem dos delegados. O prefeito de Belém, sr. Celso Malcher, também prometeu apoio ao conclave, comprometendo-se a fornecer transporte gratuito aos delegados da zona bragantina, para o que será atrelado um vagão de passageiros ao trem que faz a ligação entre aquela região e a capital paraense, sede da conferência.

Os assuntos a serem debatidos

A Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará debaterá um temário no qual se incluem importantes problemas das massas de camponeses e de assalariados do campo, notadamente a reforma agrária. No Pará a campanha pela reforma agrária tem obtido importantes êxitos, devendo ser feito um balanço do que foi realizado até agora e adotadas medidas para impulsionar a luta por esta reivindicação fundamental das massas camponesas de todo o país.

LUTAR PELAS PEQUENAS REIVINDICAÇÕES DAS MASSAS CAMPONESES

EM VÁRIAS zonas do interior do Ceará e de outros Estados do Polígono das Sêcas os camponeses estão enfrentando ingêntes dificuldades, em consequência da estiagem. E embora os governos estaduais e federal tenham a obrigação de ajudá-los, a verdade é que pouco ou nada têm feito nesse sentido. As vezes as Secretarias de Agricultura tomam certas providências — sob a pressão dos prejudicados — mas estas ficam a meio caminho. É o caso do envio, aos municípios mais atingidos pela estiagem, de gêneros, sementes, ferramentas, etc., para serem vendidos a preço de custo. O que ocorre, porém, é que tudo isso cai nas mãos dos chamados «atravessadores» — em geral agentes dos latifundiários locais ou os próprios latifundiários — que auferem grandes lucros com a revenda, a preços altos, do material recebido do governo.

Esse é o momento de as organizações dos camponeses tomarem o assunto em suas mãos e não somente exigirem a ajuda do governo aos lavradores vítimas da estiagem, como que essa ajuda chegue, realmente, às suas mãos e não venha a tornar-se fonte de lucros para os especuladores.

Devemos defender os interesses das massas camponesas em cada caso concreto, saber despertá-las e organizá-las partindo das reivindicações menores e mais acessíveis. Está visto que é plenamente possível levar à luta os camponeses do determinado município, por um movimento a organização rural do município — seja Associação Rural, filial da ULTAP, etc. — e partindo de reivindicações que interessem a todos, embora muitas vezes simples e pequenas reivindicações. Não obtemos êxitos na organização das massas camponesas enquanto pretendemos organizá-las partindo da luta «geral» por seus interesses «gerais». A Secretaria da Agricultura do Ceará informou, oficialmente, que distribuiu a 65 postos de revenda, no interior do Estado, material para ser vendido aos lavradores em condições especiais, a título de ajuda às vítimas da estiagem. Na luta por que se concretize esta providência, por que ela seja estendida a cada município, centenas de camponeses pobres e médios podem ser despertados, levados a atuar nas organizações rurais, incorporados à luta — podem compreender que a organização e a luta é o caminho para a solução de seus problemas e a conquista de suas reivindicações maiores. Depende de nós saber despertá-los e mobilizá-los, saber atuar nas organizações rurais, sem qualquer sectarismo, compreendendo que a organização das massas exige um trabalho amplo, paciente e concreto.

(Do correspondente da VOZ em Itajuípe, sul da Bahia.)

SONEGADOS DIREITOS DOS ASSALARIADOS DO CACAU

OS ASSALARIADOS agrícolas do cacau ainda são burrados em muitos direitos que lhes são garantidos pela legislação trabalhista. Isso é o que ocorre na Fazenda São Miguel, propriedade do sr. José Motistam (distrito de Barro Preto, município de Itajuípe). Ai os assalariados não recebem o salário-mínimo, pagando-lhes o fazendeiro apenas Cr\$ 40,00 por dia. E, além disso, não recebem as férias, embora a Consolidação das Leis do Trabalho lhes assegure esse direito.

TRABALHO DE SOL A SOL

O horário de trabalho na fazenda é de sol a sol. O trabalhador vai para a roça quando amanhece e volta quando começa a anoitecer. Trabalha até dez horas por dia, embora a lei lhes assegure a jornada de oito horas como um direito líquido. E, no final, ganha apenas Cr\$ 40,00. Quer dizer: além de não ganhar o salário-mínimo

(Cr\$ 45,00 na região) também não ganha as horas extras.

As mulheres e jovens são ainda mais brutalmente exploradas. Trabalham o mesmo tempo que os homens e ganham apenas Cr\$ 20,00 ou Cr\$ 25,00 por dia, embora a lei garanta, como um direito líquido, o salário igual para trabalho igual.

LUTAR NO SINDICATO

Diante desta situação os assalariados agrícolas do ca-

cau compreendem cada vez melhor que precisam organizar-se para lutar por seus direitos, associando-se ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Cacau. O sindicato, que já conta com mais de seis mil associados, é um instrumento da luta dos trabalhadores da zona cacauífera por seus direitos e reivindicações.

Fim Imediato a Todas as Manobras Contra o Aumento do Salário-Mínimo

**EXIGEM DO
GOVERNO
OS TRABALHADORES**

MONTEBRAS em todo o país as organizações operárias para exigir do governo que ponha fim às proteções e manobras contra o aumento imediato do salário-mínimo. A elevação dos níveis atuais do salário — compromisso assumido pelos srs. Kubitschek e Goulart antes de 3 de outubro e reafirmado após a vitória eleitoral e a posse na presidência e vice-presidência da República — vem sofrendo, nas últimas semanas, violenta campanha do patronato reacionário, com o qual o Ministério do Trabalho está colaborando ostensivamente por meio de expedientes protelatórios.

EXCURRADE DE MENTIRAS

Os tubarões mobilizam, particularmente, a imprensa ao seu serviço para a campanha contra a elevação do salário-mínimo. É o que ocorre, por exemplo, com os jornais de Cha-teaubriand, que publicam diariamente matérias visando confundir a opinião pública com argumentos mentirosos. O primeiro "argumento", já bastante desmoralizado, é o de que o aumento do salário-mínimo resultaria em aumento geral de preços. Repetir isso é apenas cinismo. Todos vêm que, desde 1º de Maio de 1954 (data da última elevação do salário-mínimo) os preços já aumentaram em proporções alarmantes e continuam elevando-se cada dia, enquanto os ganhos dos trabalhadores continuam os mesmos. De 1º de

maio último até hoje **QUASE TODOS OS GÊNEROS DE ARTIGOS DE CONSUMO JÁ SOFRERAM PELO MENOS UM AUMENTO**, sem o correspondente aumento dos salários. Segundo as próprias estatísticas oficiais, no último ano o custo da vida sofreu um aumento de não menos de 60% em média — sem o correspondente aumento dos salários.

Igualmente mentiroso é o argumento de que os patrões não podem pagar o aumento dos salários. Basta que se vejam seus lucros. É sabido que, no Brasil, a média de lucros é de 30-40% (uma das mais altas do mundo) enquanto que a despesa com salários atinge apenas 12% dos gastos gerais das empresas.

INTENSIFICAR A LUTA

O Ministério do Trabalho não se limitou, apenas, a protelar a nomeação das comissões de salário-mínimo. Protela, também, o levantamento dos dados indispensáveis aos estudos das comissões, que já deviam ter sido — mas ainda não foram — entregues a todas as comissões, pelo Serviço de Estatística da Produção do MTIC. É indispensável que os operários intensifiquem a luta pelo aumento imediato do salário-mínimo, exigindo do governo que cumpra o compromisso assumido com as massas trabalhadoras e que, ao mesmo tempo, adote medidas concretas e eficazes contra a carestia, para que não seja inutilizado o aumento dos salários.

OS TRABALHADORES BENEFICIADOS PELA ANISTIA

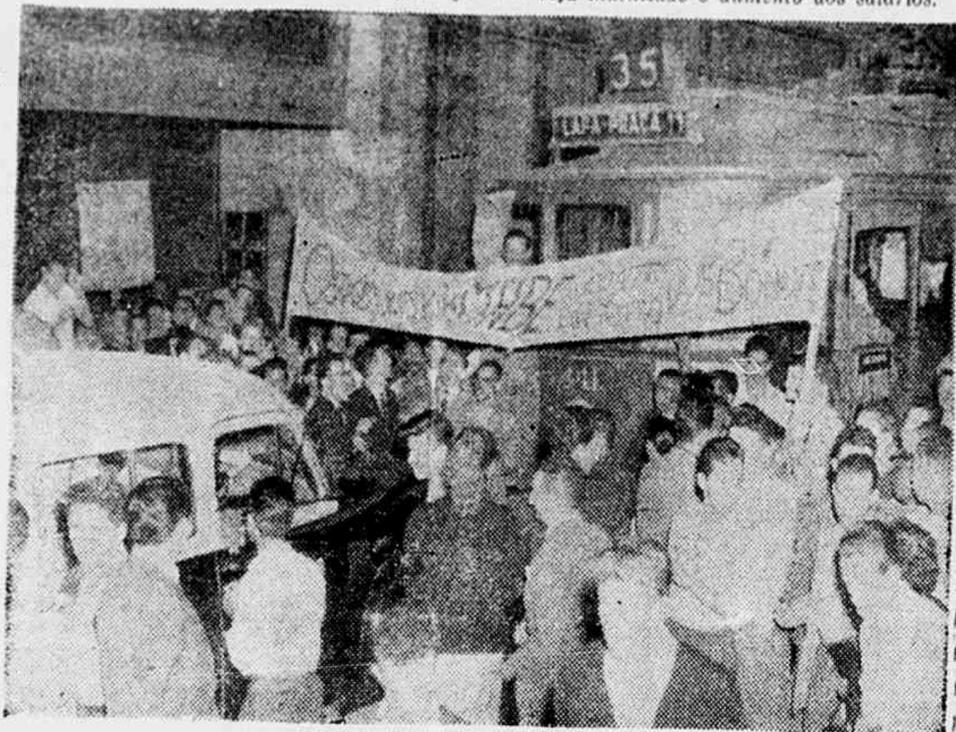
APESAR da rejeição, pela Câmara Federal, do projeto de anistia a partir de 1945, o povo continua erguendo a bandeira da anistia e exigindo, do Senado — para onde vai, agora, o projeto da Câmara, que ali poderá ser emendado — a concessão da medida. Continuam sucedendo-se os pronunciamentos em todo o país, destacando-se, entre estes, o banquete com que São Paulo homenageou o jornalista Pedro Motta Lima, diretor da «Imprensa Popular» já anistado. Ao banquete compareceram representantes dos sindicatos, de organizações populares, das câmaras legislativas, do prefeito da capital paulista e do governador do Estado. «Que a anistia seja extensiva a todos os brasileiros presos ou processados por motivos políticos» — dizia a mensagem do prefeito de São Paulo, sr. Wladimir Toledo Piza, e nesse sentido foi o pronunciamento unânime dos presentes.

A ANISTIA AOS TRABALHADORES

O projeto aprovado pela Câmara — que deverá, nos próximos dias ser votado no Senado — concede anistia

aos trabalhadores processados, presos ou perseguidos por motivo de participação em greve ou lutas reivindicatórias, com base nas leis de segurança e no decreto 9.070. Faz, porém, uma restrição, excluindo do benefício os «reincidentes específicos». Essa restrição é profundamente reacionária e inconstitucional. Ela se refere a «reincidentes de crime de greve», o que é um absurdo, já que a greve não é um crime, mas um direito inscrito na Constituição. De qualquer modo, no entanto, a restrição reacionária só poderia aplicar-se a quem fosse condenado mais de uma vez, pois, no caso, o conceito de reincidência só pode ser delineado mediante condenação judicial. E não se conhece caso em que um trabalhador tenha sido duas vezes condenado por participação em lutas grevistas.

Dêse modo, uma vez aprovada no Senado, a anistia beneficiará a todos os trabalhadores que, nos últimos anos, têm sido vítimas da reação, em consequência de sua participação em lutas e greves, como os 27 portuários cariocas demitidos em 1950, os mineiros de Nova Lima e centenas de outros.



Em Ação os Estudantes

PROSSEGUE A LUTA DA MOCIDADE CARIOCA

Após a realização da mesa-redonda com o prefeito do Distrito Federal, os representantes das diversas entidades que compõem o Q. G. do movimento anti-carestia no Rio reuniram-se na UNE, deliberando unânime e pacificamente a revogação dos bondes em toda a cidade, e sem apreensões. A nota oficial distribuída após a reunião conjunta, da qual participaram também vários sindicatos e organizações femininas, frisa que o movimento prosseguirá até a vitória — revogação do aumento —, em vista de que «o Prefeito manteve-se irredutível na defesa dos interesses da Light». A nota assinala ainda que o movimento «é a primeira etapa da luta que empreendemos para frear a insuportável alta do custo de vida».

A grande amplitude alcançada pela luta unificada dos estudantes demonstrou fartamente que é possível opor-se em dique à onda avassaladora dos aumentos de preços.

é viável a conquista do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Para que isso se torne realidade, entretanto, é essencial e decisivo que os trabalhadores e as donas de casa se incorporem à luta. Se os estudantes de cada colégio se transformarem em lutadores ativos contra o aumento, é possível que as fábricas e os bairros também o sejam, já que os trabalhadores e as donas de casa sofrem igualmente as terríveis consequências da carestia.

As barreiras humanas organizadas pelos estudantes, serão invencíveis e vitoriosas desde que contem com o apoio popular, e eles se juntam os operários, as mulheres trabalhadoras, todos aqueles enfim atingidos pelo extorsivo aumento.

CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS DOS BONDES

A LUTA CONTRA A MONSTRUOSA ELEVAÇÃO DO CUSTO DA VIDA DESPERTA A MOCIDADE DAS ESCOLAS — MANTÉM O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL A MAJORAÇÃO EXTORSIVA

Liderada com entusiasmo pelos estudantes cariocas, prossegue a luta do povo contra a carestia, no momento centralizada na batalha pela revogação do inoral aumento de 100% nos preços das passagens de bondes. Mais uma vez, os estudantes brasileiros saem às ruas e lutam contra a ganância dos trustes norte-americanos, realizando comícios e passeatas, mobilizam o povo. Estendendo a unidade já firmada entre as diversas entidades estudantis à massa estudantil dos colégios e faculdades e incorporando à campanha os trabalhadores cariocas e seus sindicatos, a luta abre perspectivas concretas para a conquista do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

BARREIRAS HUMANAS

Unidos através de suas entidades sediadas no Distrito Federal — União Nacional dos Estudantes, União Metropolitana, Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, União Nacional dos Estudantes Secundários, União Brasileira dos Estudantes Secundários, Associação Metropolitana, diretórios acadêmicos, etc. — e contando com o apoio de vários sindicatos e organizações civis, os estudantes estabeleceram seu Q. G. na sede da UNE e iniciaram a paralisação parcial dos bondes. Na Praça Floriano, no Largo do

Machado, na Praça 15, no Méier e em frente a vários colégios, formaram eles compactas barreiras humanas, que provocaram o ajuntamento de centenas de populares, seguidas de comícios. As alunas formavam grandes círculos, dançando cirandas que imobilizavam os bondes, enquanto outros estudantes pediam os autógrafos dos motorneiros e condutores.

POLÍCIA A SERVIÇO DA LIGHT

Quando todo o povo carioca apoia a luta contra o aumento, enquanto todos reconhecem a necessidade do povo tomar em suas mãos a luta contra a carestia — como o «Correio da Manhã», em editorial — a polícia põe-se a serviço da Light, espanca e prende estudantes e tenta fazê-los desistir do movimento exibindo fuzis e metralhadoras. Após prender dois jovens no 3º Batalhão de Infantaria, a polícia investiu a patas de cavalo contra centenas de colegas dos detidos que ali foram exigir a sua libertação.

MESA-REDONDA COM O PREFEITO

No dia 29 de maio, o Q. G. da luta reuniu-se com o prefeito Negrão de Lima, o Chefe de Polícia, general Magessi, e o presidente da Câmara de Vereadores, sr. Paes Leme, debatendo durante horas o problema do aumento das passagens. Atendido ao parecer da comissão encarregada pela Prefeitura para examinar a questão — comissão esta presidida pelo conhecido servidor dos trustes norte-americanos, Maurício Joppert — o prefeito não atendeu os anseios dos cariocas e manteve o aumento, embora os estudantes tivessem denunciado que as contas da Light não foram examinadas jamais e que o truste viola vários itens do contrato firmado com a municipalidade.